Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura **Número: 30**

II Sessão Legislativa **Horta, Quarta-feira, dia 15 de Dezembro de 1993**

Presidente: Deputado Madruga da Costa

Secretários: Deputados Gaspar da Rosa e Hélio Pombo.

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15,00 horas.

No Período de Antes da Ordem do Dia procedeu-se à leitura da correspondência entrada na Mesa.

Ainda neste período e para tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região, a diverso título, foram oradores os Srs. Deputados Álvaro Manito *(PSD),* Manuel Serpa *(PS)* e Paulo Valadão *(PCP).*

No Período da Ordem do dia, deu-se início ao debate do Orçamento e Plano para a Região Autónoma dos Açores para 1994. Deste modo, e nos termos do n.º 1 do Artigo 184.º, iniciou-se o debate supra citado com a intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Bastos e Silva. A este orador seguiram-se os seguintes Srs. Deputados: Dionísio de Sousa *(PS),* Ricardo Barros *(PS),* Fernando Lopes *(PS),* Fernando Menezes *(PS),* Alvarino Pinheiro *(CDS/PP),* José Armas Gomes *(PSD),* Paulo Valadão *(PCP),* Fernando Fonte *(PS),*

Rui Ávila *(PS),* António Almeida *(PSD),* Carlos Mendonça *(PS),* Humberto Melo *(PSD),* José Humberto Chaves *(PS),* Carlos César *(PS),* José Maria Bairos *(PSD),* bem como os Srs. Secretários da Saúde e Segurança Social, António Menezes, da Educação e Cultura, Aurélio da Fonseca e ainda o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social, Joaquim Machado.

Os trabalhos terminaram às 20,00 horas.

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde. Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

(Eram 15,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD -** *Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Silveira, António Almeida, Artur Martins, José Gomes, Gaspar da Rosa, Humberto Melo, Rui Luís, Jorge Cabral, José Fernando Gomes, José Gonçalo Botelho, José Maria Bairos, José Aguiar, Manuel Arruda, Manuel Brasil, Carlos Morais, Fátima Oliveira, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo;* **PS -** *António Silva Melo, António Gomes, Carlos Mendonça, Dionísio de Sousa, Fernando Fonte, Fernando Menezes, Fernando Lopes, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Martins Goulart, Duarte Pires, Manuel Serpa, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila;* **CDS/PP -** *Alvarino Pinheiro;* **PCP -** *Paulo Valadão;* **Dep. Independente -** *Manuel António Martins).*

Presidente: Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia com a leitura da correspondência entrada na Mesa.

Secretário *(Gaspar da Rosa):* Do Sr. Deputado José Armas Gomes, deu entrada na Mesa da Assembleia uma cartatransmitindo o assunto desenvolvido na reunião

efectuada com a Subcomissão de Trabalhadores do Aeroporto das Flores, no dia 30/11/93.

Secretário *(Hélio Pombo):* Está presente do Diário da ALRA nº 26 bem como o Suplemento ao Diário nº 27.

Secretário *(Gaspar da Rosa):* Requerimento do Sr. Deputado do CDS/PP, Alvarino Pinheiro, do seguinte teor:

"Considerando que a crise financeira que o Governo Regional conduziu os Açores, não se coaduna com gastos desnecessários e abusivos do erário público;

Considerando que o Presidente do Governo Regional, aquando da sua deslocação ao continente português na busca de apoios financeiros, foi acompanhado nas suas diligências por um elemento da redacção da RTP-Açores, que fez a respectiva cobertura noticiosa;

Considerando que naturalmente cabe à redacção da RTP em Lisboa, por razões óbvias de custos, fazer o tratamento dos acontecimentos que lá tenham lugar e possam porventura ser relevantes para a Região e consequente sua utilização nos serviços noticiosos da RTP-Açores;

Considerando que esta empresa de capitais públicos também deve pautar a sua conduta por critérios de racionalidade e boa gestão;

Ao abrigo das disposições regimentais requeiro a V. Ex.ª que seja solicitado ao Governo Regional informações sobre:

a) De quem foi a iniciativa de fazer acompanhar o Presidente do Governo Regional, numa das suas últimas viagens a Lisboa, por elementos da RTP-Açores?

b) Quais os custos com a deslocação e permanência em Lisboa do requerido elemento ou equipa da RTP-Açores e que entidade os suportou?

Angra do Heroísmo, 15 de Novembro de 1993."

- Requerimento do Deputado Regional do PS, Carlos César do seguinte teor:

"Excelência

Toda a cidade de P. Delgada e freguesias envolventes são hoje servidas por um único centro de convívio para idosos, da responsabilidade da paróquia de S. José, situado na freguesia do mesmo nome.

Não obstante a intenção genérica de apoio por parte do Governo Regional a instituições particulares de solidariedade social que se expressa em dotações financeiras destinadas a projectos afins e constantes do planeamento regional para o corrente ano, o referido centro não é especificamente mencionado na concessão desses apoios.

Assim, considerando a precaridade das instalações do centro de convívio de S. José;

Considerando a falta de equipamentos mínimos que ali se faz sentir, desde a simples ausência de telefone a um aparelho de televisão, bem como de outros meios ocupacionais indissociáveis de uma instituição daquela natureza;

Considerando as dificuldades sentidas nas deslocações de idosos de e para aquele centro, por falta de transporte próprio ou utilizável para esse fim.

Solicito ao Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, através da Presidência da Assembleia Legislativa Regional que averigúe e me informe quanto às disponibilidades concretas do apoio pelo Governo àquela instituição.

Ponta Delgada, 13 de Dezembro de 1993.

Com os melhores cumprimentos

O Deputado Regional, *Carlos César."*

- Outro requerimento do Deputado Regional do PS, Carlos César, do seguinte teor:

"Excelência

Na sequência do Decreto Regulamentar Regional N.º 30/80/A, de 25 de Julho que estabeleceu o normativo respeitante à integração nos serviços regionais de pessoal que se encontrava vinculado aos serviços periféricos do Ministério da Educação, as "visitadoras escolares" existentes na Região Autónoma dos Açores foram colocadas nos Centros de Medicina Desportiva de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, com o vencimento da Letra M da Função Pública.

Processo semelhante ocorreu no Continente, em que, por despacho de 15 de Abril de 1983, as "visitadoras escolares" do Centro de Medicina Pedagógica de Lisboa

passaram a receber vencimento de acordo com a Letra J, tendo transitado para a nova estrutura salarial por via de legislação regulamentar publicada em 1991.

No que diz respeito às "visitadoras escolares" na Região, continuam, desde 1980, numa situação atípica, pagos pela então Letra M.

O deputado signatário do presente requerimento tem conhecimento que esta matéria já foi objecto de exposição do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de resposta concordante da Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direcção Regional da Educação Física e Desporto.

Acresce, por isso, questionar as entidades competentes sobre o seguinte:

- Qual a modalidade técnica através da qual pensa a S.R.E.C. resolver o problema dos funcionários em causa, e quando?
- Tem o Governo consciência que a sua atitude não obstante em relação a este caso provocou àqueles funcionários importantes prejuízos na sua carreira e vencimentos?
- Quando pensa a Direcção Regional de Educação Física e Desporto ter concluída para publicação a orgânica dos Centros de Medicina Desportiva?

Ponta Delgada 13/12/93.

Com os melhores cumprimentos.

O Deputado Regional, *Carlos César"*

Secretário: Da Presidência do Governo resposta a um requerimento do Sr. Deputado Carlos Mendonça, sobre "desenvolvimento e aproveitamento dos fundos comunitários" e diz o seguinte:

"Relativamente ao requerimento n.º 957, do Sr. Deputado Carlos Mendonça e às questões levantadas, temos a informar:

a) Tem havido da parte do Governo Regional o maior empenhamento na maximização das transferências comunitárias, por conta dos fundos estruturais.

No que respeita ao FEDER ela tem sido notória, não só no apoio a projectos da responsabilidade do próprio Governo, como das Autarquias Locais, Empresas Públicas e do próprio sector privado, por via dos Sistemas de Incentivos.

Para melhor esclarecimento da situação, aconselha-se uma consulta ao Plano de Médio Prazo 1993-96 - "Capítulo V - Fundos Estruturais e Intervenção Comunitária" (Págs. 175-197).

b) Sobre a existência ou não de fundos disponíveis na CE, a questão é demasiado vaga. No entanto, a Região, conforme dito em a) tem aproveitado da melhor maneira possível, inclusivé no tocante às taxas de comparticipação, os fundos disponíveis para Portugal e a quota parte referenciada para os Açores. Como prova de facto, relembra-se a aprovação em Comité de Acompanhamento do OCA, de Maio último, em que o PEDRAA foi reforçado em 7 MECU's (6 para o FEDER e 1 para o FSE).

Têm contudo, surgido problemas quanto à menor celeridade de transferência de verbas da Comunidade. Assim, por exemplo no caso concreto do PEDRAA, foram solicitados os 1.º e 2.º adiantamentos de 93 em Agosto e Setembro de 1992 e, só passados quase 10 meses (mais propriamente em finais de Maio) é que a verba deu entrada em Portugal.

c) Como os fundos comunitários, no presente relacionados com o FEDER, não têm sido *vistos a fugir* (desconhecemos casos concretos) pensamos actuar sempre com base no princípio: "o investimento da Região deverá enquadrar-se, na medida do possível, nos esquemas comunitários de apoio, maximizando-se os fluxos de recursos financeiros para a Região.

À consideração superior.

Angra do Heroísmo, 12 de Novembro de 1993.

O Director Regional, Carlos Manuel Maurício Bedo".

Presidente: Srs. Deputados, terminámos a leitura da correspondência entrada na Mesa e não havendo qualquer emissão de votos, vamos passar ao terceiro ponto do Período de Antes da Ordem do Dia, para tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Manito para uma intervenção.

Deputado Álvaro Manito *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Represento a população da Ilha do Pico na Assembleia Legislativa Regional.

É nessa qualidade que estou nesta tribuna para expressar o meu reconhecimento a esse povo anónimo, pela confiança que no PSD e em mim tem depositado, e manifestar mais uma vez que sempre defendi e defenderei as suas reais aspirações,

contribuindo para que na nossa ilha, cada vez mais existam as condições que permitam viver com qualidade e bem estar.

Realizaram-se no dia 12 de Dezembro próximo passado as eleições para as Autarquias Locais.

Também no Pico bastante participadas por todos diminuindo bastante a abstenção.

Os candidatos do Partido Social Democrata apresentaram as suas propostas ao eleitorado demonstrando serem capazes de saber colocar acima de tudo a sua honestidade, seriedade, transparência e vontade de trabalhar em diálogo com todos.

Todos sabemos que a gestão autárquica do Pico foi nos últimos anos da responsabilidade do Partido Socialista. Assim sendo, era nas urnas que o povo do Pico iria ajuizar a boa ou má gestão que tinha sido feita.

Podemos também salientar que nos últimos anos não tem existido na Ilha do Pico um real desenvolvimento, compatível com as necessidades da população, tendo-se verificado, em nosso entender, um período de estagnação e mesmo retrocesso nalguns sectores do desenvolvimento.

Como causas para esse desacelerar no desenvolvimento estarão as maiores dificuldades económicas que a Região atravessou nos últimos dois anos, que não permitiram ao Governo maiores e mais rápidos investimentos.

Mas temos a certeza de que os autarcas socialistas das Câmaras do Pico, nos últimos quatro anos não souberam aproveitar os incentivos financeiros comunitários que teriam permitido à ilha estar hoje noutra situação.

Pior ainda, não souberam dialogar com o Governo Regional, ficando cada vez mais distante das populações a possibilidade de possuírem as estruturas às quais tinham direito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Através do voto do dia 12 ficou traduzida a vontade do povo do Pico, que mais uma vez deu maioritariamente a sua confiança aos candidatos do Partido Social Democrata para gerir os destinos das Autarquias do Pico penalizando assim a má gestão socialista dos últimos anos.

Sabemos que não é tarefa fácil, gerir agora as Câmaras do Pico tal como foram deixadas, mas com o empenhamento de cada um e a ajuda de todos pensamos ser possível dar a volta por cima e trazer de volta a esperança.

Queremos realçar também a importância que a Ilha do Pico deve ter no contexto regional, para isso contamos com a unidade dos três concelhos, para que através de propostas comuns possamos de facto contribuir para o seu maior e mais adequado desenvolvimento.

É esta a nossa vontade, vai ser essa a nossa prioridade, queremos assumir esse compromisso.

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Serpa pede a palavra com que finalidade?

Deputado Manuel Serpa *(PS):* Para protestar, Sr. Presidente.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* E muito bem! A memória é curta ...!

Presidente: Tem a palavra para um protesto.

Deputado Manuel Serpa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* É uma autêntica vergonha!

O Orador: Eu tomei a palavra para protestar, calmamente.

É **abissal** a diferença entre o legado que a Câmara da Madalena deixa aos Senhores e aquele que a dita Câmara herdou de **uma gestão PSD!**

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Isto tem que ser dito!

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, por favor, deixem o Sr. Deputado Manuel Serpa continuar!

O Orador: Eu admito e reconheço que quando se ganha, quem perde, deve reconhecer e felicitar quem ganha - já o fiz. Não admito, porém, que se venha com insinuações falsas, puras calúnias, ditas aqui!

Em segundo lugar, quero perguntar se haverá alguma Câmara que tenha investido em fundos estruturais, como aquela do concelho onde reside o Sr. Deputado?!

Esta Câmara pôs água **em todo o concelho da Madalena, num projecto financiado pelos fundos comunitários.**

O Sr. Deputado tem ao lado um departamento duma secretaria regional de obras públicas e onde é que estão os investimentos dessa Secretaria?! Onde é que estão os fundos estruturais?! Onde é que estão as estradas?!

Buracos para a gente não é?!

Portanto, não venha aqui fazer um discurso que não deve ser feito. Ganhou, muito bem, felicito-o por isso. Porém, não venha com insinuações e com calúnias, porque isso aqui não pega! E mais. Veio "adocicar" aquilo que o Governo devia ter feito na Madalena e não fez. E quanto a isso só lhe digo uma coisa:

Cada vez tenho mais pena daquela ilha! E o Sr. é um dos culpados disso!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Álvaro Manito pede a palavra para contraprotestar, naturalmente.

Deputado Rui Melo *(PSD):* Quando a gente até nem ganha na nossa rua...

Deputado Álvaro Manito *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para um contraprotesto, apesar da minha maneira não ser a de atacar. Eu costumo dizer a verdade e as realidades. Era apenas para frisar isso aqui. No entanto, isso foi feito contra a minha pessoa, durante a campanha eleitoral e mesmo agora, acabou de ser feito pelo Sr. Deputado Manuel Serpa.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Um dos maiores estrangulamentos ao desenvolvimento da Ilha das Flores foi, sem dúvida, a ausência de porto acostável, até há bem pouco tempo.

Hoje, com o porto ainda em construção, novos horizontes se abriram, mas não podemos nem devemos darmo-nos por satisfeitos apenas com a construção daquela infraestrutura. Assim, embora esteja em obras a estrada que lhe dá acesso, consideramos que essa via tem necessariamente de ser terminada e ficar definitivamente construída, de modo a que o acesso ao porto se faça nas melhores condições. Mas as nossas grandes preocupações dizem respeito a todo o complexo sistema que tem de ser implantado em anexo ao porto, de modo que aquela infraestrutura seja, efectivamente, um pólo de desenvolvimento da ilha e não somente um local onde, uma vez por mês, um navio deixa algumas mercadorias e leva outras. Aquela infraestrutura tem de ser rentabilizada e potencializada, atendendo à necessidade existente nas Flores de se criarem pólos de desenvolvimento, mas também tendo em conta que aquele porto fica distante dos restantes da Região, numa zona onde tanto os barcos pesqueiros como outros, atravessam o Atlântico passando nas proximidades das Flores.

O parque de combustíveis para o abastecimento da Ilha, acreditamos que venha a ser uma realidade, mas essa realidade terá de concretizar-se com urgência. Além disso, naquele porto é forçoso que existam meios para abastecimento de combustível a barcos, fundamentalmente aos barcos de pesca que cada vez em maior número aparecem por aquelas paragens. Pensamos que a legislação sobre pescas tem de ser escrupulosamente respeitada, essencialmente no que diz respeito às artes utilizadas e à distância da costa a que os diversos navios as utilizam.

Mas, todos o sabemos, legalmente é permitido a sua faina nas proximidades da ilha, daí a necessidade do porto dever ser por eles utilizado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Desde já, e com os novos barcos que a ilha possui, os entreposto frigorífico existente, não só não tem a capacidade adequada como devemos ter em conta que funciona há alguns anos, utilizando a tecnologia de que então foi provido. É urgente a instalação em anexo ao porto das Flores de um entreposto frigorífico destinado às pescas,

devidamente dimensionado e com tecnologia actualizada, de modo a dar resposta às novas condições advenientes da existência do porto.

Do mesmo modo, hoje, aquele porto não pode nem deve ser pensado como se não existisse. Ainda, recentemente, uma das novas embarcações foi içada com a grua pertencente à empresa que constrói o porto. Uma vez construído, a grua ainda existente lá, tem de ser forçosamente substituída por uma que tenha condições de executar o trabalho que aquela executou. E isto, em nosso entender, é da responsabilidade do Governo Regional que terá que dar à Junta Autónoma dos Portos, as condições técnicas, humanas e materiais capazes de executar as tarefas que lhe compete.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Nas Flores continuam a existir pequenos portos pesqueiros muito importantes para a economia da ilha. Em Santa Cruz, em Ponta Delgada e na Fajã Grande. Esses pequenos portos pesqueiros não têm sido alvo de qualquer reparação de há alguns anos a esta parte. Já o dissemos e vamos repeti-lo: é urgente que esses pequenos portos sejam reparados de modo a poderem continuar a ser utilizados pelos pequenos barcos de pesca daquela ilha, na medida em que neles continuam a ser descarregados, anualmente, algumas toneladas de pescado, importantíssimas para a economia das Flores, para o abastecimento das populações e até para exportação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda relacionado com esta matéria, não posso deixar de referir que é fundamental para o desenvolvimento das Flores que se equacione e construa uma marina, em condições de satisfazer o desejo de muitos e muitos iatistas que dos mais diversos cantos do mundo, de há muitos anos a esta parte, demandam aquelas paragens e hoje exigem condições que dispensavam ainda há bem pouco tempo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A concretização destas aspirações, que não são só nossas mas de toda a população das Flores, não exigem despesas incomportáveis. Em nosso entender, apenas se exige que o Governo Regional compreenda as necessidades da ilha e dê a devida satisfação como lhe compete.

Disse.

Presidente: Srs. Deputados não há mais inscrições na Mesa. Vamos, portanto, passar ao Período da Ordem do Dia.

Conforme está estabelecido, vamos debater a Proposta de Decreto Legislativo Regional ... o Sr. Deputado Dionísio de Sousa pede a palavra para?

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, era para dar uma informação à Assembleia relacionada com um requerimento que fiz à Mesa. Antes, porém, desejava fazer duas perguntas, relacionadas também com esta temática. A primeira pergunta é a seguinte: desejava saber se a Mesa, por acaso, tem ou recebeu entre a documentação enviada a esta Assembleia ligada ao Plano e ao Orçamento, um ofício do Governo Regional, solicitando os pareceres dos conselhos de ilha e das autarquias, nos termos do Artigo 17.º do DLR n.º 12/91/A, em que se diz que esta "audição das autarquias locais, enquanto não estiverem representadas no Conselho de Concertação Social, far-se-á aos conselhos de ilha, câmaras e assembleias municipais das ilhas onde não existem aqueles".

Gostaria de saber se a Presidência da Assembleia tem ou não este ofício?

A segunda questão era perguntar se já deu ou não entrada nesta Assembleia a Conta da Região de 1992 que, segundo dispõe o Artigo 21.º, n.º 2, do DLR n.º 3/78, devia ter dado entrada até 31 de Outubro.

Presidente: Relativamente às questões que põe o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, tanto quanto é do meu conhecimento, foram efectivamente enviados esses ofícios, pelo Governo (pela Secretaria Regional das Finanças) às autarquias. Como o Sr. Deputado sabe, não é obrigação fazer chegar esses ofícios à Assembleia. Entretanto, a mesma recebeu respostas da Associação de Municípios. Não posso precisar neste momento, e sem os documentos, se há alguma resposta dada para a Assembleia, por parte das autarquias locais que, de qualquer forma também as passaria para o Governo e este as remeteria, juntamente com outros documentos para a Assembleia.

Relativamente à segunda questão, neste momento, ainda não deu entrada na Assembleia a Conta relativa a 1992. São estes os esclarecimentos que tenho a dar ao Sr. Deputado sobre esta matéria.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pede a palavra novamente para interpelar a Mesa?

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma vez que o Sr. Presidente do Governo Regional está presente bem como alguns membros do Governo Regional, eu gostava de saber se, efectivamente, - e a minha dúvida é essa - foram feitas as consultas aos conselhos de ilha, tal como dispõe o artigo citado. Eu recordo, por aquilo que tenho conhecimento dos documentos que chegaram à Comissão de Economia, Finanças e Plano, que houve resposta duma câmara, da Associação de Municípios, não tenho conhecimento que tenham havido respostas dos conselhos de ilha. Gostaria de saber se isso foi por deficiência dos mesmos conselhos, ou se eles não foram realmente consultados - suponho que, ao contrário da Mesa, o Governo estará em condições de me fornecer o ofício, se o tiver consigo.

Presidente: Em relação ainda a esta matéria, posso precisar neste momento que a Associação de Municípios mandou um parecer, a Câmara Municipal da Horta também mandou parecer, portanto, suponho que as câmaras foram oficiadas, relativamente aos conselhos de ilha se, porventura, o Sr. Secretário Regional das Finanças pudesse fazer o favor de esclarecer sobre esta matéria, agradecia.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Bastos e Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós, de facto, cumprimos as formalidades previstas na lei, relativamente à consulta aos conselhos de ilha que existem.

Relativamente à entrega da Conta, será formalizada a sua entrega ainda hoje ou durante o dia de amanhã, ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Sr. Presidente, as questões prévias tinham relação directa com a questão posta, uma vez que o requerimento que eu tinha feito era no sentido de o Plano e Orçamento serem devolvidos ao Governo Regional para serem cumpridas estas formalidades. A Mesa entendeu decidir noutro sentido, ou seja, aguardar em vez de tomar esta ou outra solução de "remendo". Na minha opinião, não fez o que devia ter feito, mas um efeito útil do requerimento conseguiu-se que foi pelo menos a apreciação em Comissão, e agora aqui em Plenário, ser feita com o conhecimento destes pareceres prévios dos parceiros sociais e das autarquias. Houve ainda outro efeito útil do requerimento que foi o de apressar, para o futuro, ou pelo

menos pôr o Governo dentro da legalidade, no envio à Assembleia Regional, dos documentos que deve enviar - esse não foi conseguido - e se eu já não me tivesse comprometido com o Sr. Presidente da Assembleia, dando-lhe a minha palavra de que recearia o requerimento e que, portanto , ele não iria a recurso no Plenário, se não o tivesse feito - uma vez que esse efeito não foi conseguido, portanto não se conseguiu meter o Governo Regional nos eixos nessa matéria - as esperanças de o meter para o futuro em futuros planos não são grandes, mas uma vez que eu informei o Sr. Presidente da Assembleia que desistia do recurso para Plenário, é disso que pretendo informar a Assembleia.

Presidente: Posto isto, vamos entrar no Período da Ordem do Dia, com a apreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Orçamento da RAA para 1994 e ainda a Proposta de Resolução sobre o Plano da RAA para 1994.

A disciplina que vamos usar é a do tempo global e em conferência foi decidida a divisão de tempos da seguinte forma:

Governo - 4 horas

PSD - 4 horas

PS - 3,45 horas

CDS/PP - 30 minutos

PCP - 30 minutos

Deputado Independente - 15 minutos

Portanto, são estes os tempos que serão utilizados e englobarão todo o nosso debate, desde o seu início até ao seu termo, incluindo as declarações de voto.

De acordo com o nosso Regimento, eu apreciaria, para que a Mesa possa ordenar devidamente as inscrições, que os grupos parlamentares me fizessem chegar, bem como o Governo, as suas inscrições. Devo dizer que, neste momento, já está em posse da Mesa a listagem dos Srs. Deputados do Partido Socialista que vão intervir no debate.

Para uma primeira intervenção sobre esta matéria, vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Bastos e Silva):* Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A presente proposta de Plano e Orçamento para 1994, apresentada pelo Governo a esta Assembleia Legislativa Regional, enquadra-se no programa de estabilização de curto prazo da vida económica regional, em curso, inicia uma estratégia de médio prazo para o crescimento económico, a competitividade e o emprego que a execução do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) possibilitará.

Associamo-nos também às preocupações de retoma económica e de combate ao desemprego expressas há dias na Cimeira de Bruxelas com a adopção de um conjunto de medidas para a recuperação económica da Europa, que tiveram a sua génese no Livro Branco Comunitário sobre a Estratégia de Médio Prazo para o Crescimento, Competitividade e Emprego.

Os grandes vencedores da recessão serão os que melhor se prepararem para a retoma.

É por esta razão que, a par de um orçamento de funcionamento sem aumento efectivo de despesas - de facto, se às despesas correntes retirarmos os juros e a dotação provisional, constatamos que o seu crescimento se fica pelos 3,5%, bastante abaixo da inflação esperada - o Governo Regional apresenta uma proposta de Plano de 33,4 milhões de contos, que reforça em mais de 10 milhões de contos o indicado no Plano a Médio Prazo de 93-96 que, para 1994, previa 23,25 milhões de contos.

Para fazer face à conjuntura desfavorável, procedemos de forma articulada com as iniciativas nacionais expressas no Orçamento Geral do Estado para 1994, em matéria de promoção do investimento e de condução de uma política orçamental rigorosa. Contribuímos assim, em interdependência mas também com respeito pelo princípio da subsidiariedade, para a realização do programa de convergência apresentado em finais de 1991 à Comunidade Europeia e recentemente revisto com o horizonte de 1996.

Em termos de aplicação das despesas correntes, constata-se que são as Secretarias Regionais da Educação e Cultura, com 22,3 milhões de contos e da Saúde e Segurança Social, com 20,6 milhões de contos, os Departamentos Regionais com maiores dotações orçamentais.

Estes dois Departamentos representam 64,2% da totalidade das verbas dotadas em despesas correntes, 66,6% das despesas com pessoal e 97,2% das transferências correntes.

A execução do Plano no próximo ano terá, pela sua dimensão, um impacto macro-económico significativo com reflexos positivos no crescimento económico e no emprego.

Embora tenha sido possível, até ao início deste ano, poupar os Açores aos efeitos mais negativos de uma conjuntura Europeia e Mundial desfavorável, não foi possível, especialmente depois do 2.º trimestre, e a par com o todo nacional, evitar que a economia açoriana fosse também atingida.

De forma assumida e com ânimo, o Governo Regional toma as medidas que considera mais eficazes para combater a crise instalada, ciente de que não há dificuldade que resista ao trabalho organizado.

Por grandes eixos, é a Dinamização da Actividade Económica e o Desenvolvimento dos Recursos Humanos que registam maiores crescimentos (43% e 79% respectivamente) passando de 9,1% para 13 e de 4,2 para 7,5 milhões de contos.

Desta forma é dado particular realce para o papel das pequenas e médias empresas como agentes de dinamização do emprego e da estabilidade social, e para a importância do ensino e da formação profissional numa óptica humanista.

Os Transportes e Energia registam um aumento de 35% (de 5,4 para 7,3 milhões de contos) e o Ambiente e Qualidade de Vida de 34% (de 3,5 para 4,7 milhões de contos).

No eixo Dinamização da Actividade Económica destaca-se a Agricultura com 5 milhões de contos, representando 15% do Plano e registando um aumento de 1 milhão de contos em relação ao previsto no Plano a Médio Prazo.

Para a realização deste Plano prevê-se, no que se refere às Receitas, um endividamento bruto de 16,4 milhões de contos que se traduz, em termos líquidos, no aumento dos Passivos Financeiros em 14,4 milhões de contos.

Esta solução mereceu já o necessário acolhimento do Governo da República para efeitos de inclusão da formulação necessária no Orçamento Geral do Estado, nos termos da actual lei de enquadramento do endividamento regional.

A necessidade de um quadro de relacionamento financeiro estável entre a Região e República, sentido há muito tempo, levou-nos a procurar um compromisso formal que garantisse as receitas necessárias à realização do PDR.

De facto, em 8 de Outubro foram iniciadas negociações com vista a preparar um Protocolo Financeiro a celebrar entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores, que se destina a vigorar durante o período de execução do Plano de Desenvolvimento Regional (1994-1999), bem como um acordo financeiro intercalar que viabilizasse a regularização da vida económica regional no ano em curso, e a apresentação deste Plano e Orçamento para 1994 que possibilitará a retoma do crescimento económico.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O acordo financeiro intercalar foi concluído com sucesso e reflecte as preocupações com a convergência e o desenvolvimento económico no quadro da União Europeia, a indispensabilidade da execução do Plano de Desenvolvimento Regional que prevê um investimento global de 210 milhões de contos, e a necessidade da solidariedade nacional prevista na Constituição.

Nesta ocasião, parece-me útil divulgar este importante documento e reflectir sobre a autonomia financeira regional bem como sobre os reflexos que tais documentos poderão ter sobre ela.

A Constituição de 1976 não se limitou à criação das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, tendo, desde logo, previsto a existência de órgãos de governo próprio, dotados de amplos poderes, entre os quais sobressaem aqueles que integram a autonomia financeira regional.

Esta decompõe-se numa série de sub-autonomias parcelares que são a autonomia orçamental, a autonomia de contas, a autonomia patrimonial, a autonomia creditícia e a autonomia de tesouraria.

A autonomia financeira regional, tal como é concebida na Constituição e no Estatuto da Autonomia, apresenta, porventura como aspecto mais saliente, a ausência de qualquer relação de tutela entre o Poder Central e os órgãos de governo próprio das

Regiões, o que significa que estes são livres de formular a sua própria escolha orçamental, que reflecte as opções das populações insulares, tal como foram expressas através dos actos eleitorais.

Tal possibilidade de diversificação das escolhas orçamentais em relação a outras parcelas do território nacional constitui, de resto, uma das vantagens mais significativas que normalmente é apontada às formas de descentralização financeira.

Na vasta literatura sobre (e perdoem-se o anglicismo) o *"fiscal federalism"* acentuou-se, com efeito, a importância da existência de padrões diversificados de escolha orçamental, que deixariam aos eleitores a possibilidade de se agruparem em torno das áreas de satisfação de necessidades públicas que se aproximassem mais do seu modelo ideal.

Se é certo que os factores geográficos limitam, em muito, a validade deste tipo de argumento em relação às regiões autónomas, ele não deixa de se revestir de importância e de actualidade, ao sublinhar a possibilidade de diversificação das experiências, que poderão vir a motivar alterações nos restantes espaços nacionais.

No caso do regionalismo político português, a liberdade de escolha orçamental encontra um forte constrangimento no facto de as regiões não disporem de receitas próprias que possam garantir a cobertura da totalidade das despesas públicas, mas esta é uma situação comum a outras experiências regionalistas, em que se sente igualmente a necessidade de transferências, a partir do Centro para corrigir as assimetrias regionais.

A Constituição de 1976 não deixou, aliás, de atentar neste aspecto, ao vincular os órgãos de Soberania a colaborarem com os órgãos do Governo Regional com vista a assegurar o desenvolvimento das regiões e a corrigir as desigualdades existentes.

Do conjunto de poderes que integram a autonomia financeira regional, tal como é concebida pela Constituição e pelo Estatuto de Autonomia, resulta uma situação em que a autonomia é mais acentuada do ponto de vista da realização das despesas que do ponto de vista da obtenção de receitas.

(Apartes inaudíveis do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Se, em relação às primeiras, a assinalada ausência de qualquer forma de tutela parece apontar para uma total liberdade dos órgãos regionais na escolha do modelo de despesa, já quanto às segundas encontramos diversas condicionantes em que sobressaem os limites impostos à Região em matéria fiscal e o facto de não existir qualquer critério fixo para a determinação das transferências do Orçamento do Estado para o Orçamento Regional.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Isso é um problema!

O Orador: Naturalmente, a existência de tais limites no plano das receitas acaba por se reflectir nas despesas, na medida em que a inexistência de uma autonomia substancial correspondente à capacidade de gerar as receitas necessárias, vai reduzir a margem de manobra em matéria de despesas públicas.

Também não podem ser ignorados os reflexos automáticos no orçamento regional de opções tomadas a nível central, como sucede, por exemplo, em matéria de remuneração dos funcionários públicos.

Não nos parece, em qualquer caso, admissível que as dificuldades financeiras regionais ou a prevalência de uma lógica puramente economicista possam conduzir ao esvaziamento da autonomia regional e à violação de disposições constitucionais e estatutárias, pelo que as soluções a procurar deverão levar em consideração estas disposições.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Afigura-se-nos assim, que deveríamos optar por uma solução que exprimisse um acordo de vontades e uma convergência de pontos de vista entre as autoridades nacionais e regionais.

Nesse sentido, pareceu-nos adequado explorar aquilo que se pode designar por *autonomia participativa* da Região e que corresponde, designadamente, à previsão do artigo 74.º do Estatuto de Autonomia, estabelecem os protocolos de cooperação permanente entre o Estado e a Região.

O Protocolo surge, assim, como expressão normal de troca de informações e de actuações conjuntas no domínio da situação económica e financeira nacional e regional.

A celebração do Protocolo aparece, por outro lado, como uma tradução *prática do dever de solidariedade nacional,* expresso no n.º 1 do artigo 231.º da Constituição, que prevê que "os órgãos de soberania asseguram, em cooperação com os órgãos do Governo Regional, o desenvolvimento económico e social das regiões autónomas, visando, em especial, a correcção das desigualdades derivadas da insularidade".

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* A oposição ainda é que não percebeu isso!

O Orador: Passarei a ler o ACORDO FINANCEIRO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA E O GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES.

Penso que nunca é demais trazer à Assembleia Legislativa Regional dos Açores uma reflexão sobre a Autonomia. Penso que isso não deverá produzir qualquer tipo de impaciência.

Considerando a necessidade de assegurar o cumprimento por parte da Região Autónoma dos Açores de compromissos resultantes da execução do Plano;

Considerando que existe por parte do Governo Regional dos Açores um vivo empenho em regularizar todas as situações resultantes das dificuldades financeiras motivadas pela quebra decorrente de alterações de tratados internacionais;

Considerando que o Governo Regional dos Açores está empenhado em manter uma política orçamental rigorosa assente numa forte contenção das despesas correntes;

Considerando que o Governo da República e o Governo Regional dos Açores estão de acordo com a necessidade de serem adoptadas medidas que assegurem a convergência económica comunitária;

Considerando que o Governo da República e o Governo Regional dos Açores estão de acordo sobre a necessidade de garantir um diferencial de crescimento das regiões com fragilidades específicas no quadro da convergência prevista no Tratado da União Europeia;

Considerando que o Governo da República e o Governo Regional dos Açores estão de acordo sobre a necessidade de garantir um diferencial de crescimento das regiões

com fragilidades específicas no quadro da convergência prevista no Tratado da União Europeia;

Considerando que o Governo da República e o Governo Regional dos Açores estão de acordo com a necessidade de prosseguir uma política de investimentos públicos nos Açores que permita a recuperação do atraso económico e crie condições para um aumento das receitas fiscais próprias;

Considerando que irá ser celebrado um Protocolo global para o período de vigência do Plano de Desenvolvimento Regional (1994-1999), no qual serão definidas as metas e objectivos a alcançar e as modalidades de cooperação entre os dois governos é celebrado entre o Governo da República e o Governo da Região Autónoma dos Açores um acordo intercalar com as seguintes cláusulas:

Cláusula 1

"O Governo da República compromete-se a dar um aval até ao montante de 10 milhões de contos para resolver o problema financeiro de 1993 e prestar, através da Junta de Crédito Público, todo o apoio necessário a que os empréstimos possam ser lançados nas condições mais favoráveis".

Cláusula 2

"O Governo da República e o Governo Regional dos Açores comprometem-se a negociar um acordo financeiro pluri-anual que contribua para contenção da despesa e do endividamento, de uma forma compatível com as disponibilidades financeiras regionais e com o Plano de Desenvolvimento Regional".

Cláusula 3

"O Governo da República compromete-se a rever, conjuntamente com o Governo Regional dos Açores, o método seguido no cálculo das transferências orçamentais e das transferências relativas às receitas fiscais, de forma a procurar assegurar que as mesmas correspondem ao imperativo constitucional da solidariedade nacional e permitam à Região melhorar o grau de satisfação das necessidades públicas, nomeadamente com a educação e a saúde".

Cláusula 4

"O Governo Regional dos Açores procurará assegurar o equilíbrio financeiro do sector público empresarial, por forma a reduzir as transferências do orçamento regional, comprometendo-se igualmente a fazer todos os esforços possíveis para aumentar as receitas geradas localmente".

Cláusula 5

"O Governo Regional dos Açores compromete-se a negociar a liquidação da dívida em atraso à Caixa Geral de Depósitos, comprometendo-se o Governo da República a prestar todo o apoio para uma rápida e equilibrada conclusão das negociações".

(Aplausos da bancada do PS)

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Louvado seja Nosso Senhor! Isto fica na História da Autonomia dos Açores ! Isto é... surrealista!!

Deputado Carlos Morais *(PSD):* Primeiro dizem que é para pagar e agora já não é?!

O Orador: Cláusula 6

"O Governo Regional compromete-se a negociar com o Banco de Portugal a eliminação da conta gratuita de que usufrui junto daquela Instituição, comprometendo-se o Governo da República a viabilizar uma solução compatível com as disponibilidades financeiras da Região".

Cláusula 7

"O Governo da República e o Governo Regional dos Açores manterão consultas a propósito da elaboração do Orçamento para 1994...

Deputado Dionísio de Sousa *PS):* Ah sim?!

O Orador: ...comprometendo-se o Governo Regional dos Açores a apresentar uma proposta orçamental sem aumento efectivo das despesas correntes, com excepção das despesas com pessoal para as quais se prevê um aumento de 4 por cento".

Comentários ao acordo

Como aspecto mais positivo deste Acordo parecem-me de sublinhar o facto de este aparecer como uma forma de viabilização das metas do Plano de Desenvolvimento Regional, bem como o expresso reconhecimento por parte do Governo Central de que se torna necessário rever os critérios de transferência orçamental.

Destacamos por isso todo o seu preâmbulo contendo objectivos de desenvolvimento económico da Região e a cláusula 3.ª, que acolhe o compromisso de dar satisfação ao imperativo constitucional de solidariedade nacional.

As bases deste acordo são, de facto, a convergência da economia regional com a nacional e a comunitária, o cumprimento das metas do PDR e a revisão das transferências quer fiscais quer orçamentais.

Importa, por outro lado, realçar que em relação a cláusulas que constarão do Acordo Pluri-anual, estamos em presença de obrigações de diligência por parte do Governo Regional e não de obrigações de resultado imediato ou de compromissos quantificados.

Está nesta caso a cláusula 5.ª que se refere à dívida à Caixa Geral de Depósitos, cujo montante carece de determinação. Todavia, nunca poderia estar em causa o respectivo pagamento, já que a Região é pessoa de bem que honra na íntegra os seus compromissos.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Entendo, em qualquer caso, que se tornará necessário conjugá-la com a cláusula 3.ª que implicará a necessidade do apoio nela previsto.

A cláusula 6.ª que se refere à conta gratuita do Banco de Portugal, parece-me constituir uma solução aceitável, até porque é forçoso admitir que, por força do Tratado de Maastricht, tal facilidade deverá ser eliminada.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Foi ressalvada!

Presidente do Governo Regional *(Mota Amaral):* Então o Sr. Deputado não sabe ler!

Vozes do Governo: Tenha calma, Sr. Deputado!

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Calma?! Já não há nada!!

(Risos da bancada do PS)

Presidente do Governo Regional *(Mota Amaral):* Riam-se, riam-se! O povo também está a rir-se de vocês!

O Orador: Mais tarde, deverá pensar-se nas contrapartidas possíveis, como, por exemplo, a da clara afirmação da possibilidade de recurso a outros instrumentos de dívida flutuante.

A cláusula 7.ª corresponde a uma versão já aceite pela Região e que se pode justificar pelos objectivos de convergência económica, estando em conformidade com o presente Orçamento Regional para 1994.

O Governo Regional encara este processo negocial, que será retomado em Janeiro com a nova equipa do Ministério das Finanças, com optimismo realista.

Trata-se, como vimos, de um dossier complexo e sensível, mas essencial ao desenvolvimento e ao progresso dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Referir-me-ei agora à cooperação com as Autarquias Locais e a alguns aspectos mais relevantes da Administração Pública Regional.

Desde 1980 que o Governo Regional vem apoiando o financiamento às Autarquias dos Açores. Até 1985, pagando juros dos empréstimos destinados a investimentos em redes de abastecimento de água ao domicílio (é a designada cooperação financeira indirecta). De 1985 a 1989 os apoios passaram também a ser efectuados a fundo perdido (cooperação financeira directa) e alargados às redes de esgotos e, a partir de 1989, mantiveram-se os apoios anteriores, passando a abranger toda a área do saneamento básico (cooperação directa) e também a rede viária municipal

(cooperação indirecta). Até agora tal cooperação custou ao Governo Regional 5,7 milhões de contos.

Os co-financiamentos comunitários iniciaram-se em 1987. Naquela altura, as candidaturas eram remetidas e aprovadas em Bruxelas. A partir de 1989, com a reforma dos fundos estruturais, foram criados programas operacionais e com eles o PEDRAA, Plano de Desenvolvimento para a Região Autónoma dos Açores. A partir de então, a aprovação das candidaturas e a gestão do processo passou a ser efectuada nos Açores, tendo sido já aprovados 230 projectos camarários, num volume global de investimento que ronda os 17 milhões de contos,

O PEDRAA II iniciar-se-á já a partir de Janeiro de 1994. Com ele surgirão, seguramente, significativas melhorias quanto aos volumes financeiros, ao modelo de gestão, ao quadro de elegibilidade, à taxa de co-financiamento, ao controlo e fiscalização e outras.

Nestes últimos 4 anos a cooperação do Governo e o co-financiamento comunitário, articuladamente, constituíram cerca de 80% do investimento das 19 Câmaras Municipais da Região.

Para os próximos 4 anos, como referimos, as perspectivas vão ser melhores. Tal como até aqui, dependerá fundamentalmente da capacidade de cada Autarquia. As regras e os critérios são iguais para todos: absoluto rigor, isenção e transparência.

A cooperação do Governo Regional com as Autarquias é feita com convicção e entusiasmo. Trata-se, afinal, da aplicação do princípio da subsidiariedade, um dos fundamentos da Autonomia, que postula ser ao nível mais próximo das populações que as decisões mais eficazmente deverão ser tomadas.

Neste domínio, tem procurado o Governo Regional ir mais longe do que o resto do País.

O Decreto Legislativo Regional n.º 2/90/A, de 18 de Janeiro e o DLR n.º 34/90/A, de 2 de Dezembro, constituem o quadro legal em que assenta a cooperação técnico-financeira entre a Administração Regional e a Administração Local. Esta legislação foi preparada em estreita articulação com as Autarquias e unanimemente aprovada pelo Parlamento Regional. Naqueles diplomas estão consagrados os princípios pressupostos que garantem a integração e harmonização do investimento público

atrás referido, por via da contratualização. Tal legislação será revista e aperfeiçoada já no primeiro trimestre de 1994, face ao Plano de Médio Prazo em curso, ao novo Quadro Comunitário de Apoio e ao novo mandato autárquico.

A par da cooperação financeira e com a mesma importância quanto a esta, o Governo Regional vem assegurando uma profícua cooperação técnica com as autarquias nos mais diversos domínios: assessoria jurídica permanente; ordenamento municipal do território; cooperação e co-financiamento comunitário; plano, orçamento, contas e relatório de actividades; finanças municipais; informatização; gestão de pessoal e estruturas orgânicas; formação profissional; processos eleitorais, etc..

Tal cooperação manter-se-á e intensificar-se-á.

Na verdade, o apoio comunitário às Autarquias que já foi considerado pelo Governo Regional na preparação do PDR 94-99, não só passará a abranger, praticamente todas as medidas do QCA, ao contrário do que até agora acontecia, como o respectivo valor evoluirá de percentagens que se situavam em 50-75% para outras da ordem dos 85%.

É por este facto que a verba de 490 mil contos, destinada no Plano para 1994 à cooperação técnica e financeira com a Administração Local, embora inferior à prevista no PMP na parte referente àquele ano, não põe em causa as expectativas de investimento de autarquias locais que ao contrário, sairão reforçadas.

O futuro próximo é o da transformação estrutural apoiada por fundos oriundos da Comunidade Europeia e realizado por programas operacionais.

O desenvolvimento da Região exige a cooperação e a coordenação de esforços entre o Governo e as Autarquias, numa parceria que significa co-responsabilidade.

A complexidade das tarefas e as exigências de desenvolvimento assim o exigem.

Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No que se refere à Inspecção Regional, e tendo em consideração que um dos grandes objectivos na área da Administração Pública, é o da contenção das despesas correntes, vamos reforçar o papel interventor dos seus diversos serviços de controlo e coordenação nas áreas de contabilidade, tesouro, gestão de pessoal e inspecção junto dos organismos da Administração Regional.

É, pois, imprescindível melhorar os mecanismos de articulação entre as Direcções Regionais do Orçamento e Tesouro, Organização e Administração Pública e Inspecção Regional.

No que concerne a esta última, compete-lhe nos termos do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/91/A, de 11 de Abril, inspeccionar os serviços da Administração Regional Autónoma, os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos, bem como as autarquias locais e as empresas públicas regionais.

Sem perder de vista a necessária acção pedagógica a exercer junto dos serviços, pela qual desde sempre se tem pautado, a Inspecção Regional também tem actuado no estrito cumprimento da sua missão específica no âmbito de inspecção da legalidade dos actos, contratos e procedimentos administrativos.

Isto, porque é fundamental elevar o nível de confiança da população, em especial do cidadão-utente, na sua administração.

Para tanto, é preciso estar atento e actuar de forma a detectarem-se e responsabilizarem-se todos aqueles que, prestando serviço público, neste pratiquem ilegalidades ou irregularidades.

São intoleráveis os atropelos, os abusos, o proveito próprio de bens que são de todos, os privilégios injustificados, o servir-se em vez de servir.

A Inspecção Regional na sua área de intervenção específica também participará no esforço de controlo das despesas públicas privilegiando, em especial, a sua actuação junto dos serviços públicos nos domínios da Contabilidade Pública, fornecimentos, empreitadas, bem como no pagamento de ajudas de custo e horas extraordinárias.

Assim, já no próximo ano, a actividade inspectiva terá uma especial incidência nas áreas onde mais se repercutem as despesas públicas.

Por outro lado, as intervenções temáticas e/ou sectoriais no âmbito das matérias atrás descritas propiciará que se inspeccionem mais serviços, aumentando-se ainda os níveis de oportunidade e de eficácia.

Permitirá, de igual modo, que as situações anómalas detectadas sejam remetidas e analisadas pelas entidades competentes para que, com a desejada celeridade, sejam tomadas as decisões necessárias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em matéria de incentivos ao comércio e à indústria, o próximo ano poderá trazer mudanças assinaláveis, também no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio.

Como é do conhecimento de todos tem vindo o Governo Regional a conceder incentivos ao investimento privado no comércio e na indústria, aplicando à Região, entre outros, o sistema de incentivos de base regional (SIBR) e o sistema de incentivos à modernização do comércio (SIMC).

A gestão do processo e, em particular, a análise dos projectos, tem sido efectuada pelo IIPA em articulação com os diversos departamentos governamentais.

Ora, quer a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores quer o próprio IIPA, instituto tutelado pela Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, têm manifestado a sua vontade de reflectir em conjunto acerca da aplicação destes sistemas com especial relevância para os critérios de selectividade dos projectos que ambos os organismos consideram que urge alterar.

Vêem também interesse em que sejam realizadas acções de divulgação de experiências de outras regiões em matéria de promoção do investimento privado.

Pensamos que as eventuais mudanças a introduzir ao nível das acções e da própria estrutura organizativa, deverão ser objecto de cuidada reflexão por parte das entidades envolvidas no processo e de personalidades ligadas à vida económica da Região.

Assim, pretende-se levar a cabo um projecto em que do debate e reflexão referidos resulte o estabelecimento das acções futuras e da estrutura de suporte à gestão destes sistemas, no sentido de um efectivo incentivo ao desenvolvimento do comércio e da indústria na Região.

Aliás e para terminar, quero deixar aqui bem expresso a convicção de que o desenvolvimento dos Açores dependerá decisivamente da sua estrutura empresarial, pelo que, a par destas medidas de apoio ao sector privado da economia, haverá que realizar de forma decidida o programa de reestruturação do sector público empresarial.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pede a palavra para?

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Sr. Presidente, é para pedir esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O esclarecimento que eu tenho a pedir resume-se numa só palavra: **eu pasmo, como é possível**...

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social *(António Menezes):* O Sr. pasma muito!

Presidente do Governo Regional *(Mota Amaral):* O Sr. Deputado está sempre a pasmar!

O Orador: ...que alguém com responsabilidades políticas públicas, tenha tido a ousadia de cometer vários atrevimentos inqualificáveis, nesta Assembleia, publicamente! Verdadeiros atrevimentos!

Esses atrevimentos começam num comportamento que eu descobri recentemente no Sr. Secretário, engenheiro civil falando de economia, que é repetir o trabalho dos outros, assinando ele próprio. A primeira prova está aqui.

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* O que é isso? E o que é que isso tem?!

O Orador: É uma separata do "Açoriano Oriental" que tem 4 páginas dum artigo chamado "Conjuntura Económica e Financeira em 1992" em que repete, excepto os últimos 4 parágrafos, o texto do Plano para 94 e que vem assinado por Joaquim Bastos e Silva, Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Vozes do Governo: Isso é óptimo!

O Orador: É óptimo se se provar que o autor do texto do Plano não são os técnicos do DREPA, mas sim o Sr. Secretário.

Vozes do PSD e do Governo: Oh, Sr. Deputado!

O Orador: Não sendo provado, isso é plágio!

Além disso, é bom que isso fique por aqui. Mas eu tenho de ouvido - não tenho aqui o texto - o que o Sousa Franco diz sobre a autonomia financeira. A divisão das características ali citadas pelo Sr. Secretário (repetidas) sem mencionar o autor, são de Sousa Franco! Há frases inteiras - tenho eu de ouvido - que são dele. E o atrevimento está nisso, ou seja, em fazer isso ao mesmo tempo que se põe aqui a doutrina de Sousa Franco, repetindo-a sem citá-la e depois, se nos oferece um quadro que é precisamente o oposto daquilo que Sousa Franco defende. É trair de duas formas o pensamento do autor, repetindo-o e fazendo o contrário do que ele propõe.

A outra pergunta que eu faço é como é que o Sr. Secretário se atreve a fazer isso e como é que o Governo Regional se atreve a fazer isso, por uma lado desrespeitando claramente esta Assembleia e o Estatuto - é claro no Estatuto que é esta Assembleia que tem competência para aprovar empréstimos e as respectivas condições gerais. E o que é que o Governo faz?

Dá-nos um texto da proposta do Orçamento em que diz "condições gerais dos empréstimos", não há nesse texto que é dado à Assembleia para aprovar, uma única palavra daquelas que foram ali pronunciadas como fazendo parte do acordo financeiro da Região. Esta Assembleia é perfeitamente marginalizada e toma conhecimento, daquela tribuna, que o Governo Regional negociou desrespeitando o Estatuto. Mais: desrespeitou o Estatuto em relação a esta Assembleia! Atreveu-se a revogar o Estatuto!! Coisa que o Tratado de Maastricht não fez! Este Tratado tem uma cláusula específica para respeitar o artigo 101.º do Estatuto que diz que "A Região para fazer face a dificuldades de tesouraria, pode movimentar uma conta no Banco de Portugal".

O Estatuto da Madeira foi aprovado há um ano e essa cláusula foi conservada!

As propostas que circulam nesta Assembleia conservaram esta cláusula. O Governo Regional, por acordo...

Presidente: Agradecia que o Sr. Deputado terminasse porque já esgotou o seu tempo.

O Orador: ... o Governo da República revoga esta cláusula.

Eu pergunto: como é que o Governo Regional pode aceitar um acordo que é pior que o acordo da Madeira?! E este acordo não prevê restrições às despesas correntes. Prevê restrições em relação à dívida!

Este Governo aceita limitações orçamentais de 4% em relação às despesas correntes. Tem tudo o que é pior da Madeira e não tem nada daquilo que o da Madeira tem de bom, as comparticipações nacionais nos programas comunitários não estão naquele acordo da Madeira. O pagamento de metade dos juros da dívida consolidada não estão naquele acordo, estão no acordo da Madeira!

Meus Senhores, eu há pouco tempo disse que já tinham chegado à Madeira. Os Srs. não chegaram à Madeira! **Os Srs. devem ir num ilhéu qualquer!!**

(Aplausos da bancada do PS).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros naturalmente para pedir esclarecimentos.

Deputado Ricardo Barros *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em relação à questão que o meu colega de bancada já colocou, relativamente à deselegância deste Governo em trazer...

(Aparte inaudível do Subsecretário Regional da Comunicação Social)

O Orador: O Sr. Subsecretário quando quiser falar peça a palavra ao Sr. Presidente. Não me interrompa por favor.

Portanto, a deselegância em trazer um acordo do qual se devia ter dado conhecimento aos parceiros sociais e aos partidos políticos, antes de vir a esta Assembleia da forma como veio. De facto, nunca esperei do Sr. Dr. João Bosco Mota Amaral um desprezo tão grande por quem foi eleito pelo povo, como aquele que demonstrou ainda aqui há pouco.

Presidente do Governo Regional *(Mota Amaral):* Não é verdade!

O Orador: É verdade, mas tardiamente. Nunca esperei de si isso!

Mas a pergunta, Sr. Presidente, - desculpe este aparte - é para o Sr. Secretário das Finanças. E gostaria de dizer-lhe que a 27 de Janeiro do corrente ano, denunciei nesta Assembleia as dificuldades que, sobretudo os jovens casais, sentiam na obtenção de crédito na Caixa Geral de Depósitos, porque essa instituição não atribuía crédito, enquanto o Governo Regional não pagasse as dívidas existentes à Caixa. Na altura foi-me dito - não por si mas pelo responsável que o antecedeu - que não havia nenhuma responsabilidade da Região perante a Caixa Geral de Depósitos. Isso está registado nos Diários das Sessões.

Agora V. Exª. vem-me dizer que não é assim. Eu só queria perguntar duas coisas sobre isso:

1.º - Qual é o montante da dívida?

2.º - Como é que ela vai ser paga e onde é que está inscrito o dinheiro para o seu pagamento?

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Bastos e Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Alguns esclarecimentos sobre as questões levantadas até agora.

Em primeiro lugar, relativamente ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, eu começaria por referir alguns aspectos de particular incorrecção que também não esperaria que fossem postos nesse tom. Mas merecem, todavia, um esclarecimento.

Relativamente à autoria dos textos, queria referir que, se leu o Prof. Sousa Franco, de facto, leu mal e não memorizou. O texto que está aqui produzido é um texto do gabinete do Secretário Regional das Finanças, por sinal bem assesssorado e bem defendido em todas estas matérias. E por isso, é com responsabilidade de membro do Governo que eu apresento aqui numa intervenção sobre o Plano e o Orçamento, textos que são contributos diversos de membros e técnicos do meu gabinete, por sinal - reforço - pessoas de altíssimo nível. Sobre essa matéria, trata-se de pessoas que, no espaço nacional, têm o maior destaque e colaboram, permanentemente, com o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. E por isso,

neste sentido, é bom que fique claro que não há a apropriação de quaisquer textos, muito menos produzidos pelo Sr. Prof. Sousa Franco, sem citação.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Eu demonstro amanhã!

O Orador: Deixe-me que lhe diga que é extremamente incorrecto pôr a questão nesse pé. Não vai demonstrar, porque não tem possibilidades de o fazer. Fica o desafio. Mas, de facto, o Sr. Deputado provavelmente leu pouco durante toda a sua vida.

(Risos das bancadas do PSD e do Governo)

O Orador: Relativamente à questão da conta gratuita do Banco de Portugal e ao que refere o Tratado da União Europeia, gostaria de dizer, fazendo desde já um preâmbulo, que veio a afectar, inclusivamente, formulações constitucionais de vários países membros e neste sentido, relativamente à matéria que nos interessa - e é a única que eu estou a versar aqui - ou seja, a que diz respeito às contas gratuitas dos bancos centrais, ficou o compromisso do Governo da República de procurar fazer cessar essa disposição, em particular com as regiões autónomas. E por isso, trata-se duma matéria que ainda por cima é da utilização da conta. Portanto, o que aparece neste acordo intercalar, são cláusulas negociais que têm, neste caso concreto, só um efeito no custo do crédito e, portanto têm um efeito facilmente contabilizável e facilmente cruzável com a cláusula terceira. Só uma leitura mais defeituosa é que poderá escamotear que este acordo é de receitas, não é um acordo de despesas e que por isso, desde o seu preâmbulo, em particular a cláusula terceira que é central em todo ele, nós estamos aqui a procurar garantir à Região que hajam condições para executar o desenvolvimento, a convergência económica, o Plano de Desenvolvimento Regional.

Estas cláusulas que são postas com interesse, por força do Tratado da União Europeia, serão sempre acordadas nos seus aspectos concretos, à luz da cláusula terceira, isto é, não se trata de reduzir as receitas regionais, mas sim de aumentá-las.

Relativamente à questão da dívida da Caixa Geral de Depósitos, eu próprio referi que o montante dessa dívida é o motivo da negociação e desse estabelecimento. E quero

dizer-lhe que a Região possui pareceres jurídicos claros que reconhecem que existe dívida e fazem uma aproximação inicial aos seus montantes, ou seja, fazem uma aproximação dos diplomas em que decorre a existência de dívida e doutros em que, pretensamente, a Caixa Geral de Depósitos poderia supor que constituíam direitos dela própria e não são. É nesse sentido, que se trata de matéria negocial.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para voltar a pedir esclarecimentos e em primeiro lugar salientar que os aspectos de comparação com o acordo da Madeira que foram referidos, em que à "vista desarmada" o acordo é mais gravoso para a Região, não foram sequer refutados e eles foram claramente referidos. Por isso, eu gostava de voltar a perguntar se o Sr. Secretário ao menos conhece, por informação dos seus técnicos (como parece ter sido o caso do discurso que aqui debitou), qual é o conteúdo desse acordo nesses aspectos? E se não o considera, realmente, mais gravoso do que o da Madeira?.

Além disso, convém ficar claro que o Governo Regional não pode negociar com o Governo da República a eliminação de cláusulas do Estatuto - isso é óbvio. E foi, efectivamente, o que ele fez. Isso é perfeitamente inconcebível, a não ser a quem não sabe onde é que estão as fronteiras dos seus poderes e dos seus limites.

Em relação ao problema do Dr. Sousa Franco e de fotocópia, eu apenas dei ao Sr. Secretário mais uma informação. Pode contar, então, com o Prof. Sousa Franco, entre os técnicos da sua Secretaria. Mas eu trarei as fotocópias aqui para demonstrar onde é que estão não as semelhanças de pensamento, mas a repetição de palavras.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Lopes pede a palavra para?

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Para pedir um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Em primeiro lugar eu quero dizer que a avaliação desta proposta de Orçamento tem tido um carácter muito "sui generis" é que, de facto, os principais acontecimentos fogem ao próprio processo de avaliação do Orçamento. Já foi referido aqui que, sob o

ponto de vista processual, que se cometeram vícios formais e agora, é reconhecido pelo Sr. Secretário das Finanças e Planeamento que se negociou um acordo para o qual já tinham surgido questões "nas costas" desta Assembleia, sem que a mesma tivesse sido informada, sem que a Comissão de Economia e Finanças tenha tido a menor informação.

Queria também colocar a seguinte questão:

Se, de facto, há um acordo no que respeita à dívida da Caixa Geral de Depósitos, onde é que ela aparece contabilizada? Onde é que está contabilizado o serviço dessa dívida? Qual é o montante, neste momento, da dívida da Região?

Neste momento, assiste-se aqui à assumpção de coisas que tinham sido anteriormente negadas.

Gostaria também de perguntar como é que é possível chegar a um acordo que estabelece regras de execução orçamental, quando nesta Casa se propos (por parte desta bancada) regras automáticas de contenção orçamental e as mesmas foram refutadas pela parte do Sr. Presidente do Governo?

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos, o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Bastos e Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este último aspecto, ou seja, relativamente às regras, gostaria de referir que o que está aqui presente e foi cumprido, é um compromisso do Governo Regional de apresentar uma proposta orçamental sem aumento efectivo das despesas correntes, com excepção das despesas com pessoal para as quais se prevê um aumento de 4%. Por sinal, quando foi redigida - até já estavam apresentados o próprio Plano e Orçamento - sempre foi intenção e é natural que esta cláusula apareça, porque há regras relativas à coesão, que eu próprio me referi na minha intervenção, que apontam neste sentido. E também me referi a questões ligadas à interdependência que hoje em dia nós não podemos escamotear e que o fazemos com toda a convicção e sem qualquer forma de complexo. Portanto, queria referir que são cláusulas

absolutamente normais, que nós não temos qualquer complexo de as ter aqui escritas e de as ter apresentadas - isto é o aspecto essencial.

Ainda voltando à questão da conta do Banco de Portugal, queria apenas dizer que na própria formulação do Estatuto, o que se menciona é um direito de utilização. Volto a frisar a cláusula do Estatuto que diz " para fazer face a dificuldades de tesouraria, a Região poderá movimentar junto do Banco de Portugal, sem quaisquer encargos de juro, até 10% do valor correspondente ao das receitas cobradas no penúltimo ano". E por isso, trata-se de matéria, tal como eu referi, que não está já estabelecida. É uma intenção de negociação e tem que ter, depois, o substituto em matéria de gestão de tesouraria pública. E por isso, também fiz referência a isso e penso que uma leitura mais atenta poderá obter os esclarecimentos necessários sobre isso.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Menezes pede a palavra com que finalidade?

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para pedir esclarecimentos.

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uns dias antes das eleições foram alguns deputados do PSD recebidos pelo Sr. Ministro da República, para tratarem dos problemas das Direcções de Finanças da Horta e de Angra do Heroísmo. Depois disso, vieram anunciar que o problema estava resolvido. Ora, eu não sei onde é que isto está contabilizado aqui ao nível do Orçamento. Por isso, gostaria de saber se já existe protocolo com o Governo Central para a resolução dessa questão. E, se existe esse protocolo, quais são as condições que foram negociadas, em que termos é que ele foi feito?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Bastos e Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Queria explicitar uma questão que me passou há pouco, relativamente à Caixa Geral de Depósitos, para dizer que o montante da dívida não está fixado. Apenas existe aqui um compromisso de negociação. Friso de novo e por isso este compromisso de

negociação pressupõe exactamente que a dívida não está estabelecida - primeira questão.

Relativamente às Direcções de Finanças, gostaria de explicitar o seguinte:

Existe uma formulação no Orçamento Geral do Estado que prevê que continuem a funcionar, foi objecto de conversas com a anterior equipa do Ministério das Finanças, no sentido de garantir a sua manutenção. E volto a referir que o facto de mencionar a sua existência no protocolo financeiro é no pluri-anual. Nós temos aqui, e essa é uma diferenciação que é sempre útil, é que este acordo intercalar define intenções muito positivas para a própria negociação do protocolo pluri-anual, mas em matérias concretas, extingue-se em 31 de Dezembro. No fundo procurou-se criar condições para esta estabilização de curto prazo e garantir condições à Região Autónoma dos Açores de que vai realizar, de facto, a sua convergência e o seu desenvolvimento no futuro. E por isso, nesse aspecto não está quantificado qualquer tipo de estabelecimentos ou de outros acordos a estabelecer com o Governo da República nesta matéria. O que existe é o princípio de que a população dos Açores precisa destes serviços e por isso, as direcções não seriam extintas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu desejava que o Sr. Secretário das Finanças, que por variadas vezes aqui referiu como justificação para algumas das cláusulas deste acordo obrigações que advêm do esforço e das regras de convergência, me dissesse onde é que no Acordo de Maastricht está referida esta necessidade da contenção das despesas correntes? Onde é que nesse acordo se fala, concretamente, no que respeita ao equilíbrio do orçamento corrente?

Onde é que no acordo de Maastricht está referido...

(Apartes inaudíveis do Presidente do Governo Regional)

O Orador: Eu folgo muito que em duas sessões o Sr. Presidente tenha mudado de estilo Keynesiano de despesista convicto para agora aderir à causa do controle

orçamental. Eu folgo e aplaudo essa mudança de política, Sr. Presidente. Porque eu defendi nesta Casa o controle, e outros, alguns dessa bancada, também o defenderam. Agora, o que eu pergunto é se as razões invocadas aqui são razões correctas, se são as razões da convergência ou se são razões que determinamos aqui nesta Casa, a bem do interesse desta Região e consoante as regras do Estatuto Regional?
Tenho dito.

(Aparte inaudível do Presidente do Governo Regional)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.
Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Bastos e Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:
Eu podia ter evitado este esclarecimento pela audição do meu próprio texto. Logo no início, enquanto havia uma atenção maior na sala, eu disse:
"Contribuímos, assim, para a realização do programa de convergência apresentado em finais de 1991 à Comunidade Europeia e recentemente revisto com o horizonte de 96". Portanto, o programa de convergência não se trata do Tratado de Maastricht.
Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros para pedir esclarecimentos.
Deputado Ricardo Barros *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:
V. Ex.ª diz não saber - relativamente à questão colocada por mim e recolocada pelo Deputado Fernando Lopes - qual é o montante da dívida à Caixa Geral de Depósitos. Todos nós sabemos que o montante da dívida, neste momento, ultrapassa os 25 milhões de contos, que é uma soma demasiado grande para passar despercebida, aqui, numa altura em que estamos a discutir o Plano e Orçamento para o corrente ano. Que V. Ex.ª diga que vai negociar com o Governo da República e reduzir esse montante, eu percebo. Agora pergunto: em que base? Como? E onde é que vai inscrever a verba para pagar e como é que vai inscrevê-la? E como é que vai pagar?
Nós não podemos sair daqui sem saber isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Bastos e Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O esclarecimento que eu quero dar é no sentido de referir que para já tem que haver a negociação e da mesma forma que a cláusula terceira prevê o aumento de transferências das receitas e, inclusivamente, por via orçamental seja fiscal e não estão também contabilizadas, porque não estão ainda estabelecidas, o mesmo se passará com encargos em que está prevista a mediação do próprio Estado, exactamente para que este processo seja transparente também do ponto de vista das finanças públicas. Por isso, quando um for aprovado, também o outro será. Aliás, não é possível, na óptica e na lógica deste próprio acordo, estar a pensar-se que nós íamos contabilizar as despesas e não íamos contabilizar as receitas, de forma a realizar o que aqui está previsto. Portanto isso é perfeitamente claro.

Presidente do Governo Regional *(Mota Amaral):* Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O CDS/Partido Popular não vai discutir aqui e agora a questão do protocolo que o Sr. Secretário das Finanças aqui introduziu com maior relevo, mas que nós, efectivamente, não conhecemos e parece-nos de todo inadequado centrarmos a discussão numa matéria que não foi ainda divulgada aos representantes do Povo dos Açores. E como já foi dito aqui e muito bem, isso constitui mais um grave atropelo - na nossa óptica - ao respeito que é devido a esta Assembleia, por parte do Governo Regional - lamentamos!

De resto, nos seus contornos e como também aqui já foi referido, efectivamente parece que em aspectos fundamentais, infelizmente, acontece o que temíamos - a Região abdicou e está abdicando de matérias com as quais não se imaginava nunca e muito menos de acordo com o discurso oficial do Governo Regional. Seja como for,

parece - ao cabo e ao resto - que o Governo com essa estratégia, não quis, nem mais nem menos, do que tentar apresentar um remédio (mau!) para uma situação financeira que não caracterizou. E é isso que vamos tentar fazer aqui.

Numa indispensável análise na óptica orçamental não pode a Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular deixar de registar a incapacidade do Governo do PSD, a partir de 1988, para pôr cobro aos sucessivos e gravosos desequilíbrios que tem caracterizado a governação regional, acabando por comprometer seriamente o futuro da Região e da própria Autonomia - já estão respondendo com o protocolo. Vai-se notar ao longo do discurso muitas respostas com esse protocolo.

É bom lembrar que quando no início de 1989 demonstramos o irrealismo da estrutura financeira e da política subjacente ao Plano de Médio Prazo 89/92 fomos acusados pelo PSD, uns por desconhecimento outros por demagogia, que estávamos a ser miserabilistas, pessimistas e destrutivos.

É melhor sair Sr. Presidente, porque isto custa a ouvir!

Presidente do Governo Regional *(Mota Amaral):* Eu tenho que ir ao telefone. Mas não se preocupe que hei-de ler o seu discurso no Diário das Sessões!

O Orador: Faço-lhe a entrega.

O facto é que dois anos depois, o Governo procedia a uma profunda redução dos objectivos e dotações dos Planos e respectivos Orçamentos e mesmo assim, não impedia que o endividamento directo da Região passasse de 5 milhões de contos, no início de 1988, para 42,6 milhões em finais de 1992, o que adicionados aos cerca de 30 milhões de contos das Empresas Públicas Regionais prefazia a preocupante casa dos 70 milhões de contos, conforme havíamos previsto, anunciando até o esperado indicador de 1000 contos de dívida pública por família açoriana que tanto divertiu os Srs. Deputados e a maioria do PSD.

Atingido este patamar generalizou-se a convicção de que a Região não poderia continuar a recorrer tão levianamente ao endividamento incontrolado que havia prosseguido no período de 88-92.

Falhando redondamente no seu objectivo de revisão das fontes de financiamento do desenvolvimento Regional, o Governo Regional acabou por apresentar em Maio passado, um quadro de financiamento do Plano de

Médio Prazo 93-96 sustentado apenas nos Fundos Comunitários e no recurso ao crédito. Nesse documento, aprovado pela maioria deste Parlamento, apontava-se para uma necessidade de empréstimos de 40 milhões de contos que se traduziriam num acréscimo líquido da dívida pública directa não superior a 20 milhões de contos.

Porém, e mais uma vez, o Governo Regional falhou, desastrosamente, as suas previsões. Tal como em 1989, logo depois de conseguir a aprovação do seu Plano de Médio Prazo, procedeu a alterações na estrutura de financiamento dos orçamentos anuais que subvertem totalmente os parâmetros previamente fixados.

Assim, só no âmbito do orçamento em vigor para 1993, dum endividamento líquido previsto de 7 milhões de contos, em Maio, passou, logo em Outubro, para uma autorização de endividamento de 17 milhões de contos.

Isto é, de novo, o Governo Regional praticamente esgota na execução do orçamento do 1.º ano do Plano de Médio Prazo a totalidade do endividamento líquido que estava previsto para o quadriénio.

Já o esperávamos. Já o havíamos dito. Já havíamos denunciado o enorme buraco do orçamento de 1992 e as ilegalidades que lhe estavam subjacentes.

Entretanto é entregue a este Parlamento o Orçamento para 94, que está em apreciação. No mapa dos recursos financeiros para o quadriénio, aprovado em Maio passado, previa-se para 1994 o recurso a empréstimos no montante de 10 milhões de contos. Inacreditavelmente o Governo Regional inscreve na presente proposta de orçamento o recurso a um endividamento de mais 16,4 milhões de contos.

Como estão apenas previstos para 1994 amortizações da ordem dos 2 milhões de contos, com a aprovação deste Orçamento, o Governo Regional em 1994 irá concretizar um acréscimo da dívida pública administrativa no valor de 14,4 milhões de contos.

Assim, constata-se que em Maio o Governo Regional comprometeu-se perante esta Assembleia Legislativa Regional a durante quatro anos endividar-se, em termos líquidos, em apenas 20 milhões de contos.

Passados seis meses, o Governo Regional vai ser autorizado pelos deputados do PSD a endividar-se em mais 31,4 milhões de contos apenas para o período de dois anos. É

o descalabro total e o descrédito das instituições e da seriedade e validade dos documentos.

Portanto, no termo da execução deste orçamento para 1994 o saldo da dívida directa da Região será de 74 milhões de contos, correspondente a uma progressão *galopante e incontrolável.*

Como convém relembrar:

Nos primeiros onze anos de Autonomia a dívida directa era de 5 milhões de contos o que corresponde a uma média anual inferior a 1/2 milhão de contos.

Nos cinco anos seguintes, a dívida aumentou em 37 milhões de contos, a que corresponde a média anual de 7,4 milhões.

Só nos dois anos seguintes a dívida cresceu 32 milhões de contos, a que corresponde a média de 16 milhões por ano.

Será que, em consciência, algum Sr. Deputado subscreve esta política financeira? Será que os Srs. não percebem que estão destruindo a Autonomia?

Mas infelizmente também a própria dívida directa está falseada pelo que não se ficará por estes valores em 1994, dado que omite a dívida governamental à Caixa Geral de Depósitos. Ainda há minutos, isso ficou aqui demonstrado.

Com a crescente fragilidade financeira da Região aumenta a dependência política e pessoal do Governo Regional perante o Governo da República e o centralista Primeiro Ministro e, tal como a mosca que procura cavalo ferido e doente, Cavaco Silva exigirá, a muito curto prazo, que o Presidente do Governo Regional assuma contabilisticamente o contencioso que mantém perante a Caixa Geral de Depósitos o que a confirmar-se (está confirmado hoje) atirará a dívida pública directa da Região para valores próximos dos 100 milhões de contos, já em 1994.

Por outro lado a dívida garantida da Região através da assunção de responsabilidades pela prestação de avales atingiu em 1991 os 12,3 milhões de contos. Se considerarmos os valores previstos para 1992 e 93 bem como a eventual proposta para 94, aproximar-nos-emos certamente dos 20 milhões de contos, o que aponta para um total da dívida pública directa e garantida em 1994, da ordem dos 120 milhões de contos.

Entretanto o Governo Regional prossegue a sua incompreensível política de drástica e injustificada diminuição das transferências para as empresas públicas, arrastando-as para sucessivos e incomportáveis endividamentos, agravados agora pelo não pagamento atempado das transferências acordadas. Também aqui, o Sr. Secretário das Finanças acabou de dar resposta, quando é o Governo da República que lhe exige o reequilíbrio da situação das empresas públicas regionais.

Os Srs. não ouvem os representantes do Povo dos Açores!

Os Srs. não ouvem aqueles que estão trabalhando convosco!

Os Srs. actuam, agora, sob as ordens de Cavaco, à "mão" de Cavaco! É bem feito!

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: No fundo, trata-se da adopção de uma estratégia de substituição de dívida directa por comprometedoras dívidas das empresas públicas

Por exemplo no caso da EDA, a dotação prevista no Orçamento Regional passou de 1,25 milhões de contos em 1992 para apenas 260 mil contos em 93, descendo para menos de 220 mil contos em 94. Ora só as necessidades de financiamento exterior da EDA em 1994 aproximam-se dos 4 milhões de contos, bem como, presume-se, nos anos seguintes. Nessa matéria, o Sr. Secretário Regional das Finanças sabe melhor do que ninguém, a situação a que o Governo Regional conduziu a empresa que V. Ex.ª até agora dirigiu.

De resto, a empresa propôs-se investir 32 milhões de contos no quadriénio, sem que a administração regional explicasse qual a componente dos empréstimos naquele conjunto.

Daí que deduzindo os empréstimos avalizados pelo Governo Regional, a dívida das empresas públicas regionais aproximar-se-á dos 25 milhões de contos. Tendo presente, de resto, a necessidade de proceder à consolidação dos seus passivos, se lhe adicionarmos a parte correspondente aos previstos empréstimos para ocorrerem aos financiamentos do plano de investimentos de 93 e 94 ultrapassaremos facilmente os 30 milhões de contos. - Sr. Secretário, em prometo que não tive acesso prévio ao seu discurso!

Assim, o conjunto da dívida pública regional aproximar-se-á em 1994 dos 150 milhões de contos: dívida pública directa; dívida pública indirecta e dívida das empresas regionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Por muito que custe aos responsáveis do Governo Regional, e a quem os suporta, este é o quadro real das finanças públicas regionais subjacentes a este Plano e Orçamento para 1994.

Este é o fruto da irresponsável condução da governação regional pelo PSD, nomeadamente na sequência da desastrosa política adoptada a partir de 1988.

Este é o trágico cenário a que Mota Amaral conduziu os Açores desacreditando a Região e hipotecando o futuro da autonomia. É já o dobrar dos sinos ao seu insustentável projecto. É o assumir do tal papel de 2coveiro da autonomia" que atempadamente anunciámos neste Parlamento e que de forma arrogante o Governo e a maioria parlamentar sempre ignoraram.

Aliás, é curioso registar como figuras gradas e comprometidas do regime já vêm a público condenar o actual modelo financeiro da Autonomia e até a sua concepção ao mesmo tempo que fundamentam reservas evidentes à eficácia dos objectivos prosseguidos.

Enquanto históricos do PSD/Açores já afirmaram que "enfraquece-se e pode deitar-se a perder a Autonomia quando se persiste num modelo de desenvolvimento para o qual não há, de momento, suporte financeiro suficiente..." os poucos académicos do regime que ainda há pouco tempo persistiam na tentativa inglória de, com base em falsas perspectivas parciais e estáticas, justificarem a política económica e financeira da Região, nomeadamente valorizando o carácter aceitável de percentagem da dívida pública directa declarada em relação ao PIB dos Açores, já claramente abandonaram a excelência do rácio de 30% que caracterizava a situação regional em 1992.

É que, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo e Sr. Secretário Regional das Finanças, a dívida pública directa dos 75 milhões de contos resultante da aprovação deste Orçamento, já ultrapassará 47% do PIB e, se considerarmos a tal hipótese de contabilização da dívida à Caixa Geral de Depósitos - que agora não é uma hipótese, é uma certeza - atingiremos os 63% do PIB, nos finais do próximo ano

de 1994, o que já ultrapassaria o "plafond" da convergência da União Europeia, *se país fossemos.*

Só que, além de não o sermos, como Região somos pobres, atrasados , dependentes, desequilibrados, com um déficit crónico e crescente que associado à nossa natural e constitucional incapacidade para concebermos políticas fiscais, monetárias e cambiais, bem como limitações decorrentes do quadro legislativo nacional, nos impedem de controlar muitas e fundamentais variáveis de uma normal política orçamental soberana, como V. Exas. muito bem sabem.

Estamos, ao cabo e ao resto, muito mais próximos da tipificação de um mediano Município, dependente de transferências exteriores, do que de um qualquer minúsculo Estado.

Mas, mesmo que Estado fossemos, no final do quadriénio, mantendo o ritmo de recurso do financiamento por empréstimos, teríamos só em dívida pública directa 130 milhões de contos, o que corresponderia a 71% do PIB, valor muito superior ao do endividamento do Estado Português, que por si já apresenta um panorama negativo no quadro da União Europeia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Dec.-Lei 336/90 de 30 de Outubro, determina que o serviço da dívida não poderá ser superior a 25% das Receitas Correntes.

À luz deste limite legal a Região apresenta nos últimos quatro anos valores que oscilam entre os 16% e os 18%.

Só que enquanto os encargos correntes da dívida crescem progressivamente, aumentando no presente orçamento 29%, curiosamente os passivos financeiros decrescem este ano 35%.

Esta divergente composição do serviço da dívida regional faz com que os juros representassem 58% do Serviço da dívida em 1992, passando para 63% em 1993 e atingindo 77% em 1994. Isto é, para um custo da dívida de 8,64 milhões de contos em 1994, a Região pagará só de juros 6,64 milhões de contos e apenas dois milhões se destinam à amortização da dívida.

É bem verdade que a maior parte dos empréstimos são recentes e alguns ainda se encontram em período de carência, mas necessariamente que a Região não poderá manter este baixíssimo ritmo de amortização.

Para a actual dívida pública directa o presente ritmo de amortização apontava para um período médio de vida dos empréstimos de 30 anos, o que parece não corresponder à realidade e iria agravar sobremaneira o montante dos encargos correntes da dívida.

De resto, tal como no que aos particulares respeita, não é saudável prescindir da amortização da dívida e entrar no sistema de exclusivo e sistemático pagamento dos juros.

Trata-se pois de um indicador susceptível de alguma manipulação no segmento do numerador respeitante às amortizações. Mas, em qualquer dos casos e atendendo à acentuada diferença de ritmo entre o limitado crescimento das Receitas Correntes e o galopante aumento da Dívida, o limite legal estabelecido, apesar da recente baixa no mercado de capitais, não tardará a ser ameaçado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/Partido Popular e a sua Representação Parlamentar sempre prestaram a maior atenção à componente financeira do novo sistema autonómico.

O CDS/Partido Popular e a sua Representação Parlamentar, além das preocupações manifestadas em 1988 e 1989, iniciaram a partir de 1990 uma construtiva e fundamentada acção de alerta e denúncia dos incomportáveis desequilíbrios orçamentais e da inadequada política financeira do Governo Regional face à ineficiente e pouco reprodutiva política económica prosseguida.

O CDS/Partido Popular e a sua Representação Parlamentar sabem que a maioria do Governo Regional e dos Deputados, nesta matéria, só nos podem acusar de termos com demasiada antecedência previsto o beco que esta aventureira política financeira acarretaria para a Autonomia Regional.

Só que agora, está aos olhos de todos a antevisão do esgotamento do modelo financeiro prosseguido pelo Governo Regional.

Não é mais possível manter o nível de endividamento a que o Governo Regional está forçando os Açores.

Não é mais possível suportar os níveis de investimento de que a Região carece apenas com base nos apoios dos Fundos Comunitários e em empréstimos.

Não é mais possível que os montantes das transferências do Orçamento do estado sejam quase totalmente absorvidas pelo déficit do orçamento corrente e pelas despesas de capital.

Historicamente todas as experiências autonómicas esbarraram em processos de estrangulamento financeiro.

Os açorianos mais responsáveis não podem permitir que tal volte a acontecer.

A nossa Autonomia não tem ainda 18 anos, nem sequer permitiu concluir as principais infraestruturas económicas e sociais e o actual modelo financeiro já se esgotou e, a curto prazo, nem suporta o seu funcionamento, tal o desajustamento entre a sua concepção e os meios que lhes estão subjacentes.

Este Governo Regional do PSD e a maioria que o suporta há quase 18 anos não têm o direito de cegamente prosseguirem uma suicida política financeira que levará a breve prazo à derrocada desta histórica conquista do povo açoriano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este Governo Regional tem o direito e o dever de governar, mas está obrigado a mudar de política, de concepção, de meios e processos.

Com a indispensável firmeza e a recomendável humildade, a Região tem que garantir do Governo da República uma mais ampla e sólida solidariedade financeira no processo de desenvolvimento regional.

Até ao momento o Governo Regional não o tem conseguido e, abdicando a um tempo dos legítimos direitos da Região e das indispensáveis reformulações de política, acaba por persistir num Plano e Orçamento com as negativas características dos actuais.

O CDS/Partido Popular não pode estar disponível para subscrever esta política orçamental.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e PCP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para uma intervenção.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Senhoras e Srs. Deputados:

A apreciação deste Plano e Orçamento para 1994 tem sido por circunstâncias várias um processo longo, que nem sempre tem conseguido captar a atenção desta Assembleia e dos Açorianos.

A atenção dos Açorianos foi neste período polarizada pela crise da Caixa Económica Açoriana que pôs em risco o trabalho e as poupanças de muitos Açorianos. A capacidade de intervenção desta Assembleia em casos como estes é limitada para não dizer diminuta. A informação que esta Assembleia dispõe sobre o funcionamento do sistema financeiro regional é reduzida. A informação que os Srs. Deputados dispunham sobre a CEA era nula. Não são funções desta Assembleia fazer acompanhamento do sistema financeiro regional.

As funções de acompanhamento do sistema financeiro regional cabem ao Banco de Portugal e ao Governo Regional através do seu representante no Conselho Consultivo. Neste caso como em qualquer outro é dever e obrigação do Governo Regional e da Secretaria Regional das Finanças e Planeamento e Administração Puública fazer o correcto acompanhamento da evolução das instituições bancárias regionais e tomar atempadamente as medidas necessárias à defesa dos interesses regionais.

Senhoras e Srs. Deputados:

O acompanhamento da evolução da economia regional em tempo útil tem de ser uma actividade desempenhada com eficácia por este Governo Regional.

Esta proposta de Plano e de Orçamento demonstrou que o Governo Regional não desempenha e 1993 casualmente essa função.

Em primeiro lugar a análise do desempenho da economia regional na actual proposta de Plano e Orçamento fica por 1992.

Falta nesta proposta uma análise da economia em 1993.

É surpreendente que o documento principal da política económica do Governo Regional dos Açores na falta de informação quantitativa completa, não faça pelo menos uma ambiação qualitativa do desempenho da economia.

Senhoras e Srs. Deputados:

Esta proposta é omissa sobre os factores que afectaram a actividade económica regional no ano que agora finda.

Esta proposta não devota mais do que algumas linhas ao sector agrícola. Para dizer que o sector contribui com um quinto para o PIB regional.

A queda dos rendimentos reais dos agricultores, devido à redução dos preços dos seus produtos, o sufoco financeiro devido às altas taxas de juro não merece atenção alguma. A desaturação é tal que passaram ao lado das boas notícias!

O aumento da produtividade agrícola e mesmo da produção bruta agrícola mercê do esforço dos agricultores açorianos é para esta proposta um factor que do ponto de vista ao desempenho da economia açoriana não merece a mínima atenção!

Senhoras e Srs. Deputados:

O mesmo se pode dizer das pescas e indústria. As dificuldades de agro-indústria açoriana face à concorrência acrescida devido à abertura do Mercado nacional não é sequer de diagnóstico.

Senhoras e Srs. Deputados:

É sintomático da actividade e da política deste Governo esquecer a economia da Região e sobretudo os seus sectores produtivos.

A situação das empresas açorianas em 1993 não é sequer referida neste documento.

Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Secretário das Finanças e Planeamento:

Na ausência propositada de uma secretaria de economia que este Governo entendeu não ser necessária na sua orgânica alguém tem de preencher o espaço deixado vazio. Ou será que é cada um por si e salve-se quem puder? As empresas açorianas têm ao longo do corrente ano adoptado as medidas de curto prazo necessárias para reduzir os seus custos:

- O adiamento de novos investimentos;
- O cancelamento de despesas gerais de promoção;
- O despedimento de pessoal contratado a prazo e o aumento do endividamento bancário são medidas de contenção mas não são a solução para a grave crise que vivemos.

A forte dependência da economia e das empresas regionais dos estímulos do sector público tem levado a Câmara do Comércio e Indústria a insistir na necessidade de o Governo Regional "lançar meios financeiros nos circuitos económicos da Região.

Será que o Governo lhe tem dado resposta cabal?

O Sr. Secretário Regional das Finanças apresenta esta proposta de Orçamento para 1994 como fazendo parte dum programa de estabilização de curto prazo iniciado com a revisão do orçamento para 1993.

Quando da discussão do PMP lançamos a ideia de um plano de estabilização financeira de curto prazo como uma das peças duma política económica alternativa.

Com esse plano pretendia-se em primeiro lugar resolver o problema do atraso nos pagamentos às empresas. A aplicação deste plano de estabilização no fim do ano levantou sérias dúvidas sobre a sua eficácia. A questão fundamental é de que o remédio pode estar a chegar demasiado tarde para algumas dessas empresas. A descapitalização das empresas e o aumento de endividamento associado aos efeitos da redução das margens comerciais pode ser demais.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Senhoras e Srs. Deputados:

Uma política económica credível, atempada e eficiente tem de partir dum correcto diagnóstico da economia regional.

Nesse aspecto esta proposta é omissa!

Não é possível continuar a defender que a recessão na Região é um mero resultado da situação económica internacional!

A actividade económica regional em 1993 foi afectada pelos seguintes factores:

1 - O atraso de pagamentos dos fornecimentos de bens e serviços;

2 - O atraso no pagamento das subvenções ao investimento;

3 - A reestruturação do Comércio Retalhista e o aumento da rivalidade;

4 - A suspensão do lançamento de novos concursos públicos;

5 - A redução da procura turística derivada da economia metropolitana e europeia;

6 - A queda dos rendimentos reais dos agricultores.

É face a este diagnóstico que continuamos a defender que o programa de estabilização de curto prazo é necessário mas insuficiente como a política económica. A política económica não se esgota no curto prazo.

A política económica proposta pelo Grupo Parlamentar do PS tem como objectivos:

1 - Reduzir a incerteza e garantir segurança;

2 - Reforçar o sistema produtivo;

3 - Apoiar as exportadoras;

4 - Investir na investigação aplicada e na transferência de novas tecnologias para a indústria regional.

Uma política económica credível tem de definir e enquadrar a concorrência económica, medidas que reduzam os custos de capital das empresas, promover as explorações e os produtos regionais e assegurar uma política orçamental que permite o ajustamento da economia evitando a distribuição da base produtiva regional.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Esta proposta é omissa no diagnóstico da situação económica regional como é omissa em termos de política económica.

A política económica defendida nesta proposta resume-se à política orçamental.

Neste aspecto também esta proposta necessita de clarificação. Na apresentação da revisão orçamental para 1993 questionamos Sua Excelência o Sr. Secretário Regional das Finanças sobre eventuais alterações da política defendida pelo seu antecessor. Não obtivemos até agora resposta cabal às questões levantadas.

Esta proposta reafirma que o rigor orçamental e o controlo dos gastos públicos são as bases do crescimento económico.

O próprio Presidente do Governo achou por bem contradizer-se renegando o combate ao despesismo de inspiração cavaquista afirmando a sua adesão a nova vaga Keynesiana que segundo ele conquista os corações e as mentes da Europa Comunitária.

O Sr. Secretário das Finanças que tome a devida atenção! Não vá sossobrar às negaças das contas certas e da contenção das despesas.

Esta súbita conversão do Sr. Presidente do Governo ao despesismo Keynesiano para além de se adequar às necessidades do ciclo político pretende fazer crer que as dificuldades orçamentais são um mero resultado da contracção repurtiva das transferências da Base das Lages.

O Orçamento Geral do Estado para 1994 encarrega-se de nos desfazer as dúvidas ao afirmar que as "cestas regionais são deficitárias ao nível das operações correntes".

Se alargarmos o âmbito temporal da análise à década de 80 constatamos que o défice corrente do orçamento tem vindo a crescer até aos dias de hoje,

As dificuldades orçamentais não são o resultado do corte das transferências da Base das Lages mas sim um défice estrutural que urge corrigir. Nos inícios da década de oitenta o défice corrente era de 795 mil contos tendo atingido em 1993 os 10.1 milhões de contos.

Esta proposta de orçamento prevê que em 1994 o défice corrente seja de 8.8 milhões de contos e o défice global do orçamento de 16.5 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Será que é credível a intenção de contenção orçamental e de rigor com este défice?

Será que é credível a projecção apresentada pelo Sr. Secretário Regional das Finanças?

A minha resposta é um redondo não!

Este Orçamento assim como o orçamento revisto de 1993 tem um défice oculto de 5 milhões de contos em 93 e 5 milhões de contos em 94.

Já aqui alertámos o nóvel Secretário das Finanças para os efeitos sobre as receitas fiscais da redução da cobrança fiscal verificada no corrente ano.

Em 1993 as receitas previstas do IVA a nível nacional eram de 995 milhões de contos o que aplicando os factos de capitação (2,37%) definido pelo Ministério das Finanças daria grossomodo 23,6 milhões de contos a ser transferido para a Região.

Efectivamente a cobrança fiscal do IVA foi inferior em cerca de 200 milhões de contos o que significa uma redução das transferências para a Região de 4,7 milhões de contos.

Sras. e Srs. Deputados:

Como vai o Sr. Secretário das Finanças acertar as contas neste final de ano? Ou será que metade do novo empréstimo de 10 milhões é para cobrir este buraco?

Sras. e Srs. Deputados:

As receitas do IVA previstas no O.E. de 94 já aprovado na Assembleia da República são de 945 milhões de contos o que feitas as contas dá 22,4 milhões de contos a

serem transferidos para a Região. A diferença entre este montante e o previsto na proposta de orçamento regional são de 5,1 milhões de contos.

Somando este défice oculto ao défice declarado de 16,5 milhões de contos teremos um défice global de 21,6 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Senhoras e Srs. Deputados:

Esperamos do Sr. Secretário das Finanças e Planeamento uma cabal explicação.

Sr. Secretário, as leis de financiamento da economia mais tarde ou mais cedo acabam por fazer pagar a factura.

Em economia não há almoços de graça e embora seja quase Natal já passou o tempo do sapatinho na chaminé.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Armas Gomes.

Deputados José Armas Gomes *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Porque estamos em tempo de Orçamento, não posso deixar de expressar aqui, mesmo que na globalidade, algumas preocupações e expectativas.

Para 1994 os Açores não estão com os bolsos cheios.

O bolo é pequeno e tem que ser dividido por nove.

Neste quadro seria hipocrisia dizer que o previsto em relação à Ilha das Flores vai satisfazer cabalmente as nossas necessidades.

O Plano para 1994 em relação às Flores é magro.

Não quer isto dizer que estamos a exigir ser anualmente contemplados como em anos anteriores recentes, porque sabemos que investimentos vultuosos não se fazem todos os dias.

Mas o que não podemos é, agora,começar a pagar facturas toda a vida de obras feitas, justas e necessárias, para as quais já penámos bastante aquando da sua inexistência e pelo seu atraso.

Devemos agora rentabilizar os investimentos passados e contar com o que efectivamente vamos receber.

É preciso compreender que as limitações para o próximo ano não são um caso isolado nas Flores e esperamos que se saia rapidamente deste compasso de espera porque quando a injecção de saúde financeira chegar aos Açores, como se prevê, ela também terá que chegar às Flores.

É certo que os investimentos devem ser feitos onde maior grau de necessidades existe, dentro duma lógica global.

Mas uma região a duas velocidades não é o que pretendemos para os Açores.

Por isso, baseio-me em pressupostos realistas, com a lucidez necessária para compreender a região no seu todo, todavia não posso deixar de fazer eco de determinadas pretensões do círculo eleitoral das Flores que são totalmente legítimos e exequíveis.

Nas Flores, aponte da Ribeira Grande na Estrada Regional que dá acesso à Fajã Grande, o ponto mais ocidental da Europa, zona balnear de grande importância turística, actualmente mostra-se claramente insuficiente para suportar veículos, especialmente pesados de passageiros, pondo-se em risco a segurança das pessoas.

Considerando que por aquela ponte passa bastante trânsito e perante o risco constante de haver um acidente a qualquer momento, quero aqui denunciar esta situação chamando a atenção dos responsáveis governamentais para a exigência do alargamento e reestruturação da ponte antes que seja tarde e para o bem de todos.

Outra pretensão bastante antiga dos florentinos é verem fechado o circuito por estrada à volta da ilha.

Neste momento tal parece possível e traria bastantes benefícios tanto para a lavoura como para o turismo se se rasgar o troço entre o farol do Alvernaz em Ponta Delgada e o Morro Alto.

Não podemos esperar para o próximo século para podermos sair da Fajã Grande e, contornando o litoral, chegarmos à Fajã Grande sem nunca termos que inverter o sentido de marcha.

Uma terceira reivindicação que faço propositadamente aqui por ser uma carência gritante e escandalosa tem a ver com a necessidade pertinente do arranjo e

conservação da Estrada Regional das Lajes, devido a máquinas pesadas que ali transitam para a construção do porto, esta estrada ficou em péssimo estado.

Houve a promessa de que a estrada iria ser reparada mas até hoje as entidades competentes nada fizeram. É preciso que se assumam rapidamente responsabilidades porque com o passar do tempo o estado do piso fica cada vez pior chegando a haver já zonas intransitáveis para certos veículos.

Os responsáveis governamentais nesta área têm que diligenciar com veemência para que este problema seja resolvido de uma vez por todas pois a paciência dos condutores vai-se esgotando e os protestos são cada vez maiores.

Merece também sempre repetir e insistir junto do Governo Regional para as necessidades e importância do acabamento de infraestruturas importantes iniciadas em anos anteriores e que ainda não foram completadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Se é dado adquirido que a situação financeira da Região não é dourada neste momento, de nada nos vale criar ilusões e propôr projectos grandiosos mas com pés de barro.

Só poderemos reivindicar e projectar com sucesso se nos momentos mais difíceis formos sensatos e cautelosos.

E isso é um esforço que a todos compete e para o qual as Flores também concorre.

Espero sinceramente na reciprocidade num futuro próximo desta solidariedade para com a Região e que a Região nunca esqueça que nas fases mais delicadas teve o apoio dos pequenos pois sem eles nunca se constituirá nesta arquipélago uma Região Autónoma moderna assente em nove parcelas de progresso que vêm de um lado para o outro do Atlântico e que termina precisamente no ocidente das Flores.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é habitual a Representação Parlamentar do PCP irá usar o tempo que lhe cabe neste debate do Orçamento e Plano para 94 para levantar posições, análises, propostas e críticas fundamentadas aos documentos propostos e à política que os determina.

Iremos também abordar as questões específicas do círculo eleitoral das Flores que sejam pertinentes levantar neste debate.

Não podemos, no entanto, deixar de trazer para a abertura da nossa participação neste debate a questão do próprio modelo de planeamento e das regras de enquadramento da elaboração e aprovação do Orçamento.

Esta Assembleia não pode deixar de se preocupar com o facto de estar virtualmente impedida de intervir e decidir sobre o segmento financeiro que maior peso terá na vida da Região até ao ano 2000 - o PDR.

Os mecanismos do Planeamento Regional terão que ser urgentemente adequados, por forma a que o PDR seja uma clara emanação do Órgão Regional com competência constitucional de decisão em matéria financeira, órgão esse que é esta Assembleia e não o Governo.

Por outro lado o modelo em que assenta o debate das propostas em Comissão está completamente ultrapassado, porquanto sendo legalmente possível apresentar e aprovar propostas de alteração, substituição ou eliminação, não se pode continuar a aceitar que tal não possa ser feito nas Comissões, exactamente com a mesma metodologia e valor com que se procede nas propostas e projectos de DLR ou de Resolução.

O método actual, que é uma herança do tempo em que, inconstitucionalmente, nada se podia alterar, resume-se, na prática, à audição dos Secretários Regionais, sem qualquer perspectiva de, mesmo por consenso, se introduzirem melhorias nas propostas.

Outra questão que está completamente esvaziada é a audição dos parceiros sociais e das autarquias, pois o que é feito, resume-se a pedido de pareceres que se sabe, previamente, não virão a ter qualquer influência na elaboração da proposta.

Persistir com este modelo de planeamento e com estas regras de audição e debate, significa politicamente, que se pretende e faz um claro e quase completo esvaziamento da competência exclusiva desta Assembleia referente ao Plano e Orçamento.

Este esvaziamento, no entanto, não resulta de qualquer jurisprudência restritiva emanada do Tribunal Constitucional, como muita vez se diz, não sem alguma razão, em relação ao poder legislativo comum desta Assembleia.

Este esvaziamento do poder da Assembleia Legislativa Regional em matéria de Plano e Orçamento resulta exclusivamente da orientação governamentalizadora que é o principal dogma do partido do Governo.

Ao abordar este tema hoje e aqui é intenção do PCP sublinhar que a manutenção dessa atitude governamentalizadora, aliás gratuita, porquanto o PSD detém a maioria absoluta, *constitui um sério atentado ao próprio modelo da Autonomia* e é politicamente insustentável por muito tempo, na medida em que significa, a par da redução objectiva da iniciativa legislativa, uma desvalorização demasiado séria desta Assembleia Legislativa.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Na Rússia é melhor!

O Orador: Esperamos que o bom senso e o sentido de defesa do sistema autonómico possibilitem que o ano de 1994 seja o ano de revisão do modelo do planeamento e das regras de discussão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O estudo atento que fizemos das propostas em análise deparam desde logo com uma circunstância que não podemos deixar de anotar. Trata-se da falta de profundidade, objectividade e rigor do texto introdutório que acompanha a proposta do Plano.

Nessa análise da conjuntura omitem-se referências às dificuldades da economia em geral: passa-se por cima da crise da agro-pecuária; não se dedica qualquer linha às dificuldades das pequenas empresas; não se analisa a dificuldade que os nossos produtos têm em competir no Mercado Único; não se dedica qualquer atenção às intenções reestruturadoras no sector público que tanto já estão a dar que falar; não se explica a suspensão da execução de inúmeros projectos; não se analisa a natureza da crise financeira.

Embora já estejamos habituados a estas análises feitas à revelia da realidade que se analisa, o certo é que a ligeireza e superficialidade usadas, é muito desproporcionada em relação à complexidade dos problemas económicos, financeiros e sociais que existem e tendem a permanecer e a agravar.

O tipo de análise, politicamente distorcida e tecnicamente incompleta que é feita, invalida totalmente todas as argumentações segundo as quais este Plano é o instrumento adequado para enfrentar os problemas existentes. Como é que se pode dizer isto se na análise se escamoteiam os problemas?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É dito no Plano que não há mudança na linha de rumo. Acreditamos plenamente nessa determinação do Governo e do seu partido, mas temos que perguntar, com clareza, como é que, sem mudanças de orientação pode haver a resolução de alguns dos mais graves problemas desta economia?

Muitos dos problemas que hoje existem derivam do facto do enquadramento externo ser hoje outro, mas também derivam do facto dos comportamentos internos não terem tido as alterações correspondentes.

Muitos dos problemas derivam, também, da inconsequência da execução e mesmo, nalguns casos, da definição das políticas sectoriais.

Muitos dos problemas são resultantes do imediatismo da política do Governo, do insucesso dos incentivos à economia, da improvisação e mesmo do aventureirismo de muitas medidas.

Não tendo a programação do Plano mudanças substanciais e não tendo a prática governativa alterações em vista, o certo é que tudo vai continuar na mesma, ou seja, vai prosseguir numa linha de agravamento tendencial.

O ano de 1993 foi o ano negro da economia regional.

Foi o ano da convergência dos factores e dos erros acumulados.

Foi o ano da demonstração da incapacidade do poder regional se adaptar às realidades existentes.

Foi o ano em que se viu em plenitude a triste realidade financeira, sempre escondida nas palavras, mas mostrada nas obras que pararam e nos pagamentos que tardaram.

Foi o ano da acentuação de uma profunda preocupação que, sendo de todos, só motiva alguns para a urgência que há em se mudarem certas atitudes.
Teríamos necessidade de discutir aqui, com serenidade e abertura os problemas da nossa economia.
Teríamos necessidade de sentir todos que muito há a fazer e depressa, se queremos evitar males bem maiores.
No entanto, a concepção dominante de exercício do poder impede essas discussões, impede essas convergências de esforços, exactamente na mesma medida em que impele o Governo a apresentar um Plano conservador e um Orçamento pensado com os mesmos vícios dos anteriores.
Passamos de 93 para 94 com os problemas agravados e sem uma perspectiva séria de modificação.
Com este Plano nada mudou. Com este Orçamento tudo se agrava, como a seu tempo veremos.
Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, nós vamos fazer um intervalo de 30 minutos, como é habitual. Voltaremos a reunir-nos por volta das 18,00 horas. Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 17,30 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos seguimento aos nossos trabalhos.

(Eram 18,10 horas)

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social para uma intervenção.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social *(António Menezes):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em Maio passado foi discutido e aprovado nesta Assembleia o Plano de Investimento a Médio Prazo 93/96 do Governo Regional.

Esse importante documento foi aprovado numa determinada conjuntura económica e financeira de todos conhecida.

A sua elaboração pressupunha desde logo, a possibilidade de no decurso da sua execução se proceder a uma revisão em alta das dotações anuais se entretanto, a situação se alterasse positivamente.

É neste enquadramento que apresento o Plano das áreas da Saúde, Segurança Social e Protecção Civil para 1994.

A diferença substancial de conteúdo entre o documento que agora é apreciado e o Plano a Médio Prazo apresentado em Maio, diz respeito ao montante da verba considerada.

De facto o Plano para 1994, nos sectores à minha responsabilidade, tem uma dotação superior à prevista no PMP de 2 milhões 280 mil contos destinados, na sua totalidade, a reforçar a dotação da construção do Hospital do Divino Espírito Santo, que passa de uma verba prevista de 1 milhão e 200 mil contos para 3 milhões e 480 mil contos.

Na verdade, a verba considerada no PMP era insuficiente, sabíamo-lo, mas não havia na altura a possibilidade de considerar uma verba muito maior. Esta verba agora prevista, é fundamental para se continuar a obra ao ritmo previsto, para que aquela importante realização esteja concluída dentro do prazo previsto com o menor atraso possível.

No que diz respeito a todos os outros programas e projectos, mantêm-se as verbas inicialmente previstas.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Plano da SRSSS para 1994, tem a verba prevista de 5 milhões e 300 mil contos, dos quais 87% destinados à Saúde com 4 milhões e 600 mil contos, 6,6% destinados à Segurança Social e 6,4% destinados à Protecção Civil.

Na área da Saúde, para além da construção do Hospital do Divino Espírito Santo - que já atrás referimos - temos ainda a continuação das obras dos Centros de Saúde de Vila do Porto e de S. Roque, bem como a construção dos Postos de Saúde da Ribeira Quente e Água do pau, que já têm os seus concursos públicos lançados.

Com grande beneficiação e ampliação temos a verba destinada ao Hospital de Angra do Heroísmo que se destina à conclusão do bloco de consultas externas bem como ao pagamento dos projectos para ampliação correspondente à 2ª fase, da qual consta nomeadamente um bloco operatório novo, laboratório e serviços de esterilização.

Iremos apetrechar os Centros de Saúde que sofreram obras de remodelação (Lages, Madalena, Santa Cruz da Graciosa) e proceder a investimentos no Hospital da Horta.

Estão ainda previstas verbas para aquisição de material de transporte, para a informática e para a formação.

Em 1993 deu-se uma particular atenção à gestão e funcionamento das unidades de saúde, numa perspectiva de racionalização e de contenção de despesas menos prioritárias, sem prejuízo da manutenção e em alguns casos, melhoria do nível dos cuidados prestados.

Apesar das dificuldades, conseguiu-se manter sob controle e a nível razoável, as dívidas a fornecedores do Serviço Regional de Saúde e podemos claramente dizer que a situação na Região é, indiscutivelmente, muito melhor da que se passa no Serviço Nacional de Saúde.

Reformulou-se, também, o Plano Regional de Saúde e redefiniram-se novas metas para os vários programas que continuam em execução.

Para 1994 alterar-se-á, substancialmente, algumas das regras de funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Será elaborado um novo regulamento de deslocação de doentes; estabelecer-se-á um novo relacionamento financeiro entre as unidades de saúde, segundo o princípio de que deve pagar quem gere os encargos; repensar-se-á o acesso da privada ao sector público, no sentido de evitar sobreposições e confusões e acompanhar-se-á com maior atenção o andamento das reformas em curso, ou a introduzir, no Ministério da Saúde pelo novo Ministro, de forma a que essas reformas possam ser aplicadas à Região, se for caso disso, com as necessárias adaptações.

No que diz respeito à Segurança Social, o Plano está subdividido nas três áreas principais, no valor total de 380 mil contos:

- Apoio à infância e juventude;
- Apoio ao idosos;
- Apoio à família e comunidade.

No apoio à infância e juventude, temos previstos investimentos em três creches e jardins de infância (2 em S. Miguel e outra nas Flores, o Centro Social de Santa Cruz).

Em relação a este último, aguarda-se uma decisão definitiva sobre a possibilidade de utilizar alguns edifícios deixados vagos pela saída dos franceses. Considerámos como sendo uma solução aceitável a utilização de algumas das casas que ficaram disponíveis, como sabem estas casas foram entregues e estão sob a responsabilidade do Ministério da Defesa e tem havido alguma dificuldade em essas residências poderem estar disponíveis para a utilização de serviços e de instituições, mas não damos ainda por encerrada esta questão.

Iremos arrancar a meados do ano, com obras de remodelação no Lar Jacinto Ferreira Cabido na Ribeira Grande e continuar com as obras no Centro Recreativo do Juncal na Terceira, que se iniciaram recentemente.

Por fim e no âmbito das respostas que é necessário dar em relação às crianças deficientes não escolarizáveis, iremos apoiar o Centro de Apoio Ocupacional da Associação de Pais e Amigos de Crianças Deficientes dos Açores na construção de modernas instalações.

Em relação ao apoio a idosos, já no próximo domingo, e durante 1994, proceder-se-á à abertura de importantes e significativos equipamentos para idosos na Região. No próximo domingo, como disse, será inaugurado o Lar João Inácio de Sousa nas Velas; no próximo mês de Janeiro será inaugurado o Lar Luís Soares de Sousa em Ponta Delgada; no primeiro trimestre entrará em funções a estrutura de apoio a idosos da Santa Casa da Misericórdia da Povoação e durante o primeiro semestre, entrará em funcionamento o Lar da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores.

Se me permitem uma graça, só para demonstrar que estas inaugurações são feitas em período de defeso eleitoral, mas estão prontas e inauguram-se.

Deputado Carlos César *(PS):* Não deu tempo!

O Orador: Paralelamente, avançar-se-á com o Lar de Idosos Augusto Ferreira Cabido da Ribeira Grande e com a abertura de novos serviços de apoio domiciliário, que consideramos ser - como ficou unanimemente comprovado durante o ano de 1993, que foi considerado pelas Nações Unidas como o Ano Internacional do Idoso e da solidariedade inter-gerações - a melhor forma de resposta ao problema dos idosos.

1994, por seu lado, será o ano dedicado ao estudo e à tomada de medidas de apoio à família. Foi já constituída a nível regional uma comissão que, em articulação com a comissão nacional, tomará a seu cargo a coordenação das actividades a desenvolver durante o ano na Região.

O apoio às crianças, jovens, idosos e deficientes. A prevenção de chagas sociais, como o alcoolismo e a toxico-dependência, só poderá ter algum sucesso, se houver famílias sólidas, bem estruturadas e apoiadas. E consideramos fundamental que os governos, as instituições públicas, particulares e os cidadãos responsáveis, reflictam e encontrem as melhores formas de apoiar a família.

Para além destas acções financiadas pelo Orçamento Regional, temos uma série de acções na área da Acção Social e dos equipamentos e instalações que são financiados pelo Orçamento da Segurança Social e que importam em mais de 600 mil contos.

É por estas verbas que se continuarão a pagar as obras dos Polivalentes das Casas do Povo (1 na Terceira - Agualva, 3 no Pico - S. Caetano, Ribeiras e Santo António, 2 no Faial - Flamengos e Praia do Almoxarife, 2 em S. Miguel - Lomba da Maia e Rabo de Peixe) e as obras destinadas a edifícios para a Segurança Social, das quais destaco a obra de reconstituição do Solar dos Remédios, do antigo Convento de S. Gonçalo e a conclusão de serviços na Praínha do Pico e na Fazenda em S. Miguel.

Finalmente, no que diz respeito ao Serviço Regional de Protecção Civil que tem uma verba de 342 mil contos, prevemos na área dos bombeiros, o arranque da construção da Secção do Topo, o início dos processos de construção dos Quartéis das Lages do Pico e Santa Cruz das Flores, a instalação dos corpos de bombeiros do Corvo e dos Ginetes, bem como o início do processo da Escola de Formação de Bombeiros sediada na Ilha Terceira.

Paralelamente, continuaremos a reequipar as corporações de bombeiros com equipamento necessário à manutenção e melhoria da sua capacidade operacional.

Na área da Protecção Civil propriamente dita, destacaremos o projecto de reestruturação das redes de comunicações existentes, (passo essencial para se poder atingir um mínimo de eficiência e operacionalidade em caso de ocorrência de uma catástrofe e ser necessário accionar os meios de Protecção Civil da Região).

Salientarei, também, o projecto de apoio científico que se reformulou com a Universidade dos Açores, com o Departamento de Geo-ciências e que nos permite ter o necessário suporte técnico e científico ao processo de tomada de decisões.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Expus com a brevidade possível o essencial do Plano do Governo para as áreas da Saúde, Segurança Social e Protecção Civil. Tive oportunidade de em sede da Comissão Parlamentar, de dar os esclarecimentos mais pormenorizados aos Srs. Deputados que mos solicitaram.

1993 foi um ano difícil, mas apesar disso, não se deixou de trabalhar, nem se deixou de dar andamento na medida do possível, aos grandes empreendimentos em curso.

Para 1994, apesar das dificuldades que ainda subsistem, o panorama e as perspectivas são melhores, damos garantias de continuação do trabalho em curso, do início de novas obras e iniciativas de reforma, umas da nossa iniciativa e outras dependentes da política nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Temos, assim, em 1994 as condições para reconfirmar e reforçar a esperança e confiança no futuro que o Povo dos Açores manifestou recentemente.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A apreciação do Plano e Orçamento é em regra um dos momentos altos da vida parlamentar. É a altura de se definirem os objectivos de natureza económica e social e as políticas sectoriais, tendo em vista o desenvolvimento harmonioso das parcelas regionais e dos diversos sectores. O investimento público deve ter como fim último, a promoção do bem estar e da qualidade de vida de todos os açorianos.

Certamente que na boa ou má qualidade de vida do povo açoriano desempenha um papel importante a saúde e a qualidade das prestações de protecção social.

A Segurança Social continua a ser o parente pobre neste Plano para 1994. Ainda em 1993 quando se reforçou o Plano em 10 milhões de contos, a Segurança Social não viu reforçada a sua dotação, tendo mesmo em termos percentuais baixado de 1,4 para 1,0 a percentagem de investimento relativamente ao total do Plano.

Neste Plano para 1994, igualmente com um reforço de mais de 10 milhões de contos relativamente ao previsto no PMP, as verbas para a Segurança Social mantêm-se as mesmas. Nem mais um escudo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a apreciar o Plano para 1994. Necessário se torna, porém, recordarmos planos anteriores, pois a tal nos obriga a já longa história de algumas das acções previstas no Plano para o próximo ano.

Comecemos pelos equipamentos sociais destinados à Infância e Juventude.

Creche e Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial de S. Pedro em Ponta Delgada - o processo teve início em 1987 com a aquisição de terrenos e projecto. Teve no decurso do último PMP uma dotação de 105 mil contos. Por que razão só se começou a obra em 1993?

Creche e Jardim de Infância do Centro de Bem Estar Social de S. José em Ponta Delgada - em 1989 o Governo comparticipou a elaboração do projecto. Em 1990, 91 e 92 teve dotação financeira, contudo a obra não arrancou!

No Plano para 1993 não foi contemplada. Em 1994 aparece com uma verba de 20.000 contos destinada à execução do projecto e arranque da obra. Face a esta informação mais recente, possivelmente alguns Srs. Deputados pensaram tratar-se de uma obra nova. Infelizmente não o é.

O mesmo poderia dizer do **Centro de Apoio Ocupacional da Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes** que já tem os terrenos adquiridos pelo Governo desde 1988 e o projecto comparticipado desde 1990. Este também não é um processo a iniciar em 1994.

Passemos agora aos equipamentos para idosos:

Lar Luís Soares Sousa

Começou em 1985 com a elaboração do projecto. Contudo a empreitada só foi adjudicada em 1990, sendo o prazo de execução de 16 meses. Só em 1994 ficará concluído. Passados quase 10 anos.

Lar João Inácio Sousa nas Velas

Em 1986 o Governo comparticipou com 2.000 contos a elaboração do projecto. Nos anos seguintes sempre teve verbas previstas, no entanto a empreitada só seria adjudicada em 1991.

(Apartes inaudíveis do Deputado Victor Evaristo)

Orador: Lar de Idosos de Santa Cruz das Flores

O percurso é idêntico. O Governo em 1985 pagou 1.000 contos pelo projecto. Ano após ano esta obra constou dos respectivos Planos. Chegou mesmo a ter uma dotação de 100.000 contos em 1991, mas só acabaria por ser adjudicada em 1992. Felizmente que, passados que são 9 anos, agora está em fase de conclusão e acabou de ser anunciado que vai ser inaugurada.

É por tudo isto que atrás ficou dito que não podemos aceitar afirmações como as que constam do Relatório e Parecer sobre o Plano para 1994 quando se diz que "Até ao final do Plano que ora é proposto serão concluídos vários projectos do PMP e iniciar-se-ão outros". A verdade é que as acções cujo início ou conclusão se prevê para 1994 já constavam dos planos a médio prazo anteriores como ficou claramente demonstrado e os Srs. Deputados podem muito bem comprovar se quiserem folhear aqueles documentos.

Querer ocultar este facto é negar a própria evidência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um dos maiores problemas sociais com que a sociedade açoriana se debate é, só o aumento considerável do número de idosos, mas igualmente o número de pessoas desamparadas com idade bastante avançada, que requerem uma intervenção especial.

Estes idosos, alguns em estado terminal ou em situação de pesada dependência necessitam cuidados constantes de outras pessoas, incluindo cuidados médicos e de enfermagem, situações estas, que já não encontram resposta no seio da família ou nos serviços de apoio ao domicílio.

A solução digna para estes casos é a existência de "Unidades de cuidados continuados" junto da rede oficial do sistema de saúde ou a existência de "Enfermarias de Rectaguarda".

Este Plano para 1994 que estamos a apreciar, tem uma dotação de 10.000 contos para início da execução de Enfermarias de Rectaguardas" o que em nossa opinião é manifestamente pouco.

A construção de uma "Enfermaria de Rectaguarda na Ilha Terceira" por exemplo, vem sendo reivindicada desde há vários anos pelas instituições de solidariedade social. É urgente que ela se construa. Torna-se imperioso encarar de frente esta questão. A Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, já por diversas vezes manifestou disponibilidade para ajudar a resolver este problema que é do máximo interesse para a colectividade.

Só que a vontade política tarda em aparecer. As verbas previstas permitem-nos desde já concluir que até 1996 não teremos uma Enfermaria de Rectaguarda a funcionar na Ilha Terceira, o que é lamentável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que se refere aos investimentos no sector da saúde, a situação é muito idêntica daquela que tenho vindo a descrever.

O **Centro de Saúde de S. Roque do Pico** constava no PMP 85/88 com 90 mil contos. A construção não avançou. No PMP 89/90 foi dotado de 494.000 contos. Em Junho de 1989 foi adjudicado por 488.000 contos. Havia portanto dinheiro suficiente, mas qualquer coisa faltou porque durante dois anos seguidos o Centro de Saúde de S. Roque ficou esquecido. Em 1991, para nossa surpresa, o Governo resolveu anular o

acto de adjudicação da empreitada de construção por "entender necessário rever as bases programáticas do projecto". Ou seja, pôs no lixo um projecto que havia custado cerca de 20.000 contos e partiu para novo projecto.

Segue-se mais um longo processo que só viria a terminar em Fev./93, altura em que finalmente ao fim de 8 anos, fica em condições de se iniciar a construção.

O **Centro de Saúde da Vila do Porto** tem um percurso muito idêntico ao de S. Roque. No PMP 85/88 teve uma dotação de 83.000 contos e uma execução igual a zero. Durante o PMP seguinte 89/92 foi dotado com 530.000 contos mas ficou-se só pelas intenções.

Em Janeiro de 1991 é igualmente anulado o concurso público. E, curiosamente no relatório de execução relativo àquele ano de 1991 pode ler-se a páginas 43 o seguinte "Centro de Saúde de Vila do Porto (100.000 contos). Em curso a construção do edifício". Agora que efectivamente se iniciou a construção e que até Julho já se tinha gasto mais de 200.000 contos, o relatório de execução relativo ao 1.º Semestre de 1993 (pág. 78) não faz qualquer referência ao Centro de Saúde de Vila do Porto. Que credibilidade, afinal, nos devem merecer estes documentos?

Por último algumas referências, que lamento não poderem ser elogiosas, ao processo de construção do novo **Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada.**

A necessidade se construir um novo hospital em Ponta Delgada começou a ser discutida no mandato do 2.º Governo Regional da responsabilidade do PPD/PSD.

De 1985 até ao 1.º Semestre de 1991 gastaram-se mais de 591.000 contos só em estudos e assessoria, ou seja, sem se ver obra feita. Convenhamos que é algo de exagerado!

Em 1992, ano de arranque decisivo da obra, havia uma dotação de 1.558.000 contos a qual teve uma execução de apenas 76,5%. E a acreditar no que dizia o relatório de execução de 1992 o dinheiro teria sido gasto em "Despesas com assessoria e fiscalização" o que sabemos não corresponder à verdade.

O Plano para 1993 previa uma verba de 1.300.000 contos o que não passava de uma mera intenção de investimentos, pois dinheiro não havia.

De tal forma que durante o corrente ano as obras decorreram a um ritmo muito lento até que, por se verificarem grandes atrasos no pagamento por parte do Governo

Regional, o consórcio de empresas que está a construir o novo hospital entregou no dia 4 de Agosto último um auto de suspensão dos trabalhos.

Mas se me permitem recuaria um pouco no tempo para relembrar uma visita que os Srs. Secretários da Saúde e Segurança Social, António Menezes e da Habitação e Obras Públicas, Natalino Viveiros, fizeram às obras do novo hospital em Fevereiro de 1992 e que foi amplamente divulgada pela comunicação social da Região.

Um jornal noticiava em título e com algum destaque o seguinte: **"ESTRUTURA DO NOVO HOSPITAL FICARÁ PRONTA ESTE ANO... ou quase e Avenida decorre a bom ritmo".** No desenvolvimento da notícia eram prestadas algumas informações relativamente à construção do novo hospital bem como outras relacionadas com a Avenida Marginal. Podia ler-se a determinado passo o seguinte: "O prolongamento da Avenida Marginal de Ponta Delgada, a primeira das três fases das obras de protecção e valorização da orla marítima, orçadas em 2,2 milhões de contos deve ter início ainda este mês (Fevereiro/92). - Prestem atenção a isto!

(Risos da bancada do PSD)

A segunda fase prevê a criação do porto de recreio náutico (marina) e a última fase inclui um complexo balnear que será dotado de piscina, tanque para saltos e com acesso directo ao mar".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estas obras, bem como outras que não constavam do Plano, todos sabemos, estão prontas.

Custaram alguns milhões de contos e foram feitas em poucos meses.

O novo hospital de Ponta Delgada continuou a marcar passo.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Oh, Sr. Deputado, isso é diferente!

O Orador: Trata-se uma vez mais de um problema de definição de prioridades. Parecia-nos que devia ser preocupação de qualquer Governo procurar as soluções mais adequadas à real dimensão dos problemas a resolver, disponibilizando os recursos necessários. Tal não aconteceu.

O Governo preferiu as obras de fachada em detrimento de outras infraestruturas que são essenciais à qualidade de vida dos açorianos. Ainda ontem, talvez tivemos oportunidade de ver isso.

Deputado António Silveira PSD): Aonde?

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais importante do que fazer Planos, é cumpri-los o que infelizmente não tem acontecido. Por isso, este Plano para 1994 não nos merece credibilidade. É a experiência que nos torna cépticos.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Deputado Rui Melo *(PSD):* É sempre a mesma coisa!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social *(António Menezes):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Fonte:

Ouço sempre com muita atenção as suas intervenções...

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Ah sim...? Está bem, está bem!

O Orador: Faço um esforço para ouvir todas as intervenções dos Srs. Deputados desta Casa.

Em relação ao Plano do sector para o qual está especialmente vocacionado e mandatado para intervir, chego a uma constatação. É que à falta de melhor, à falta de críticas de fundo, de objecções de fundo à política do Governo nesta área, limitou-se a constatar, numa perspectiva retrospectiva, atrasos na execução das obras. Porque, efectivamente, todas as obras que aqui identificou, seja na área da juventude seja na área dos idosos, tem a pouca sorte de referir obras que, como eu tive oportunidade de dizer na minha intervenção, estão concluídas e serão inauguradas nestes próximos dias.

Por consequência, parece-me, salvo melhor opinião, que se se pretender fazer uma crítica ao Governo pela não execução de projectos, não são estes os exemplos mais

bem acabados, na medida em que eles estão prontos e vão ser inaugurados no próximo domingo, no próximo trimestre e no próximo semestre de 1994.
Todas as obras têm atraso e penso que o atraso não é de relevar quando as obras estão efectivamente concluídas e os objectivos são atingidos.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: No que diz respeito aos Centros de Saúde de S. Roque e de Vila do Porto...
Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Estão parados!
O Orador:... eles não se estão a iniciar. Eles estão já no ar, já estão em fase de conclusão.
O Sr. Deputado Fernando Fonte quando nesta Assembleia está a analisar o Plano para 1994, faz como que uma análise de execução dos planos desde 1985 para cá e esquece-se que nesta própria Casa, foi por mim prevenido, anunciado e esclarecido, aquando da revisão do Plano de Médio Prazo 88/92, que as obras dos Centros de Saúde de Vila do Porto e de S. Roque e respectivos projectos iam ser repensados e adequados à entrada em execução da nova filosofia do Serviço Regional de Saúde e dos centros de saúde, na medida em que os projectos eram anteriores e não estavam adequados...
Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Reduzidos!
O Orador: ... e as verbas que foram disponibilizadas para estes centros de saúde, foram aplicadas para reforçar a obra do Hospital de Ponta Delgada, porque houve realmente um compasso de espera. Mas o Centro de Saúde de Vila do Porto está praticamente pronto...
Deputado José Humberto Chaves *(PS):* No fim do ano?
O Orador: ... e o de S. Roque está em bom andamento.
Quanto ao Hospital do Divino Espírito Santo, nós não podemos comparar, Sr. Deputado Fernando Fonte, um hospital com a dimensão e o volume em questão, com qualquer outra "obrazinha"...
Deputado Fernando Fonte *(PS):* "Obrazinha"?!

O Orador: Pequena "obrazinha"!

Qualquer obra que se tenha feito na Região, de 1976 para cá, é uma "obrazinha" comparada com o Hospital do Divino Espírito Santo. E, por consequência, uma obra da dimensão do Hospital do Divino Espírito Santo - e eu tive oportunidade de já dizer isso nesta Assembleia - é uma obra de Governos! Não é uma obra dum mandato! É uma obra de vários mandatos! Desde a fase da decisão de se construir, da fase dos estudos, da fase de lançamento de projecto até à fase da conclusão, é uma obra de mandatos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas *(Adolfo Lima):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Hospital Divino Espírito Santo não é um polivalente duma Casa do Povo. Só quem vai a Ponta Delgada e não tem a atenção é que pode dizer que o Hospital de Ponta Delgada não tem a estrutura pronta, tal como o Sr. Deputado estava aí a dizer que tinha sido anunciado na tal visita. Pois foi anunciado na tal visita e cumpriu-se o que foi anunciado na tal visita. A estrutura, a cobertura, estão prontas, está de pé. Basta aterrar no aeroporto de Ponta Delgada e ver a obra.

Reconheço que houve um compasso de espera, devido às dificuldades financeiras de 1993...

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que procurasse concluir, porque já esgotou o seu tempo.

O Orador: Só mais um minuto para terminar.

Eu próprio reconheci naquela tribuna há pouco tempo, que a verba que tinha sido prevista, nós sabíamos à partida que era insuficiente. Mas não houve possibilidade de dotar o Plano com uma verba superior, por isso é evidente que houve um compasso de espera na obra do Hospital Divino Espírito Santo que nunca chegou a parar, já estava até adiantada no seu cronograma e que com o reforço que esta mesma Assembleia aprovou de 1 milhão de contos para 1993 e com as verbas previstas no Plano para 1994, temos as condições suficientes para a obra terminar - tal como eu disse na minha intervenção - dentro dos prazos previstos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte para pedir esclarecimentos.

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de reafirmar que para nós é inquestionável a importância que o novo hospital de Ponta Delgada tem no contexto do nosso Serviço Regional de Saúde. E também é inegável que ele se construa o mais urgentemente possível.

O que eu quis demonstrar na minha intervenção, e que o Sr. Secretário parece tentar ignorar, é o seguinte: no ano de 1992 (em Fevereiro) anunciou-se que se iam começar algumas obras de prolongamento da Avenida Marginal de Ponta Delgada e outras que a gente sabe que foram feitas, como sejam as piscinas, a marina, o monumento da autonomia, todas essas coisas foram anunciadas, começaram no ano de 92, não estavam previstas no Plano, acabaram-se e gastou-se nelas mais de 4 ou 5 milhões de contos e o hospital de Ponta Delgada, no ano de 1993 que é uma estrutura essencial, ficou parado!

Este ano o Sr. Secretário não gastou nada no Hospital de Ponta Delgada! É só isto que quis dizer e que é preciso passar para esta Assembleia!

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social para prestar esclarecimentos.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PSD e PS).

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social *(António Menezes):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para protestar perante a última afirmação do Sr. Deputado Fernando Fonte quando diz que durante 1993 não se fez nada no Hospital de Ponta Delgada e apontou-me dizendo: - "O Sr. não fez nada no Hospital de Ponta Delgada!" e isso não é verdade!

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Diga quanto é que gastou este ano?

O Orador: Gastei 1 milhão e 300 mil contos!

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Este ano? Até quando?

O Orador: E digo-lhe mais: gastei 1 milhão e 300 mil contos até ao mês de Maio.

Deputado Fernando Fonte: *(PS):* O relatório de execução não diz isso!

Deputado Carlos César *(PS):* Se calhar devia indemnizar a empresa por ela estar atrasada não?!

O Orador: O grande problema é que o próprio cronograma financeiro da obra previa para 1993 mais dinheiro e eu só tinha 1 milhão e 300 mil contos. E quando cheguei a Junho deste ano, já tinha gasto efectivamente 1 milhão e 300 mil contos. E digo-lhe mais: a empresa fez obras a mais, não orçamentadas, em cerca de 200 mil contos que agora estamos a pagar.

Repito: fez-se 1 milhão e 300 mil contos de obras no Hospital de Ponta Delgada, logo não é verdade que não se tenha feito nada. Aliás, quem vive em Ponta Delgada ou vai lá frequentemente...

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Eu vivo na Terceira!

O Orador: ... pode ver o trabalho a andar e as obras a concluírem-se.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Ávila pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não tinha intenção de intervir nesta altura, mas julgo que deixar passar a oportunidade não será muito conveniente.

Correm, insistentemente, boatos na Ilha do Pico, "confirmados" por alguns funcionários da firma que está a executar a obra do Centro de Saúde de S. Roque, de que as obras não terão o ritmo que V. Ex.ª está a dar entender.

Eu gostaria de perguntar muito concretamente, sem entrar noutros considerandos que agora não interessarão, o seguinte:

Este ano o ritmo das obras no Centro de Saúde de S. Roque não foi aquele que V. Ex.ª quer dar a entender. Eu já o disse aqui nesta Sala e não fui contestado. A própria firma tem muitas dificuldades financeiras e chega-se a dizer que o Governo Regional

deve-lhe cerca de 5 milhões de contos nos Açores todos. Se isto for mentira, gostaria que fosse desmentido agora aqui. Inclusivamente, os próprios funcionários que viviam nos estaleiros que lá montaram, metade deles já saiu e o resto sai agora **para férias** - dizem eles - durante um mês (com uma obra daquelas que tem um período de execução bastante reduzido!), porque a firma mandou regressar ao continente todos os técnicos especializados que tinha naquela obra no Pico.

Eu gostaria que o Sr. Secretário assumisse aqui que a obra vai ser concluída, que é aquela firma quem a vai acabar ou que já está em negociações com outra firma para concluir a obra do Centro de Saúde de S. Roque.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social *(António Menezes):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que todos nós reconhecemos que durante este ano houve em determinadas obras algum atraso, algum "marcar passo". E na área da Saúde, já aqui referi a obra do Hospital do Divino Espírito Santo, e as outras duas grandes obras que nós tínhamos a nosso cargo, ou seja, o Centro de Saúde de Vila do Porto e o de S. Roque, houve também alguns atrasos, algumas dificuldades de assumir os compromissos do cronograma financeiro dos projectos. Aliás, devo referir que em relação a Vila do Porto, mesmo com alguns atrasos e alguns problemas de pagamento, a própria firma adiantou trabalho em Vila do Porto e por isso o centro de saúde está mais adiantado em relação àquilo que estava previsto no projecto.

É por isso que houve efectivamente algum atraso, houve escassez de verbas e foi por isso que recentemente, ainda há bem pouco tempo, nesta mesma Assembleia, nós aprovámos um reforço de mais 1 milhão de contos no Plano da Saúde, dos quais 700 mil contos eram para reforçar os tais 1 milhão e 300 mil contos do Hospital Divino Espírito Santo, para o Centro de Saúde de S. Roque do Pico vinham mais 115 mil contos, ainda este ano de 1993 e para Vila do Porto iam mais 135 mil contos.

Para o Plano de 1994 que se inicia dentro de pouco tempo, nós temos 418 mil contos para S. Roque do Pico e 360 mil contos para Vila do Porto. Por consequência, o que acontece é que neste momento temos garantidos os meios financeiros para continuar

as obras destes centros de saúde, são verbas muito significativas que ultrapassam, em cada um dos casos, mais de meio milhão de contos. E o que se passa neste momento, em relação à saída de trabalhadores, é o que se está a passar em todas as obras feitas na Região por empresas que têm trabalhadores do continente. Isto é período de férias de Natal e as pessoas vão efectivamente, por razões contratuais, para casa passar o Natal com as famílias e vão regressar em Janeiro. Efectivamente, é a partir de Janeiro que nós vamos ter nas obras todas do sector da Saúde e do Governo Regional, o aumento de ritmo e a velocidade de cruzeiro só poderá ser atingida no início do próximo ano. Por consequência, é perfeitamente natural - não significa rigorosamente nada - o facto de haver trabalhadores e operários que estão a trabalhar em S. Roque que vão para o continente, pois vão lá passar o Natal e temos garantidos por documentos aprovados nesta Assembleia, meios financeiros para continuar as obras.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida para uma intervenção.

Deputado António Almeida *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Parte-se do pressuposto de que não existem Planos e Orçamentos ideais por estarem sempre condicionados pelos recursos financeiros disponíveis e previsíveis.

Estes documentos agora apresentados pelo Governo Regional a esta Assembleia, apesar de ser legítima a discussão das suas orientações em algumas áreas específicas, nomeadamente algumas das suas prioridades, fazem entender uma postura de rigor e algo de positiva face ao proposto no Plano a Médio Prazo 93/96.

Um acréscimo de cerca de 900 mil contos poderá significar, por exemplo quando aplicados em programas com comparticipação comunitária de 75%, um investimento de cerca de 1 milhão e 600 mil contos.

Com o ano de 1993 a terminar a agricultura açoriana ficou, no que concerne à sua modernização, condicionada particularmente no apoio ao investimento nas explorações agro-pecuárias.

O cenário que se viveu durante o corrente ano, não foi animador e alguns dos objectivos previamente definidos alteraram-se inevitavelmente.

Arrumar a casa, regularizando os compromissos assumidos com a anterior expectativa das receitas, foi tom comum na mensagem dos governantes.

Neste ambiente, o Governo não se coibiu de intervir, através do diálogo responsável, nos momentos mais críticos vividos pelos agricultores em algumas das nossas ilhas, não se inibindo de procurar as melhores soluções.

O apoio aos sectores produtivos da economia regional é no meu entender a única forma de garantir o aumento e estabilidade do emprego, melhorar a competitividade dos nossos produtos e o aumento das nossas receitas fiscais, promovendo o bem estar económico e social da nossa sociedade.

É importante referir que o sector primário tem apresentado ao longo dos últimos anos, um aumento substancial do produto em termos reais, com o aumento significativo da produtividade. Tem, pois, correspondido às expectativas desejadas.

Com a inevitável redução dos preços reais dos produtos agrícolas, é imperioso olhar os problemas estruturais do sector e procurar adequar na estrutura de curso das explorações agrícolas, o preço dos vários factores de produção.

A reconversão das explorações agrícolas regionais, deve-se efectuar em áreas cujo controle seja susceptível de fazer-se e que dependa da actuação regional.

É fundamental perguntar:

- Que seria dos agricultores açorianos se as ajudas directas ao rendimento cessassem rapidamente?

O sucesso das negociações do executivo regional junto da Comunidade Europeia evidencia-se com o reconhecimento das nossas especificidades, mas é imperioso preparar o futuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É precisar olhar os agricultores como empresários agrícolas. Não são pensionistas do Estado nem da CE.

Apoiar os rendimentos dos agricultores e permitir que esses fluxos transitem para os seus fornecedores, não constitui benefícios específicos do sector e muito menos dos produtores.

Os mercados alteraram-se, momento a momento, as regras que ontem se aplicaram já hoje, não são as mesmas.

Produzir e comercializar é um jogo com vitórias e derrotas, de contenção agora e de expansão mais logo.

Ser agricultor nos Açores é diferente de o ser no continente ou na Europa, da mesma forma que ser agricultor em S. Miguel é diferente de o ser nas Flores.

Para realidades diferentes, são necessárias soluções diferentes e é preciso alguma coragem para o assumir.

Potenciar é que é competitivo no Pico ou em Santa Maria, não significa assumir a mesma postura em relação a S. Jorge.

É preciso continuar a discutir as potencialidades agrícolas de cada ilha, procurando ouvir mais os agricultores e as suas organizações.

É preciso informar, confrontar e explicar o que não é possível concretizar e as suas directas consequências.

É necessário transmitir aos agricultores de cada ilha aquilo que se espera do seu desempenho, os meios que terão ao seu alcance para tal tarefa e o que se pretende, a curto prazo, para o sector.

Agarrar o futuro próximo e introduzir as alterações estruturais imprescindíveis à modernização da nossa agricultura, deve constituir a meta dos Açores até ao final deste século. Equacionando os objectivos de política agrícola que já existem para a Comunidade Europeia.

Uma constatação evidente, algo de particular em algumas ilhas como no caso de S. Miguel, indica-nos a existência duma população activa elevada no sector agrícola que exerce uma significativa pressão sobre a terra, com especial atenção para o desequilíbrio entre a oferta e a procura.

Esta situação vem impedindo, sistematicamente, o redimensionamento das explorações com a óbvia redução de importantes custos na produção. Impede, também, o acesso dos agricultores mais jovens à gestão e titularidade das explorações e a reforma digna dos que pretendem cessar a sua actividade.

Com este Plano, muitas são as esperanças de alterar essas circunstâncias vividas actualmente e com possíveis resultados evidentes em 1995.

Refiro-me, concretamente, à aplicação das medidas de acompanhamento da reforma da PAC. O programa de cessação da actividade agrícola, contribuindo para melhorar, substancialmente, a reforma dos agricultores, a ser aplicado com sucesso, permitirá aos agricultores mais idosos a transferência das suas explorações para os seus filhos

ou outros jovens agricultores garantindo, simultaneamente, a sua subsistência económica.

Com aplicação das medidas agro-ambientais, é pertinente não esquecer a sua aplicação evidente nas áreas das bacias hidrográficas das Furnas e das Sete Cidades, que em conciliação com outros programas, poderão permitir o abandono da actividade agrícola e a indemnização dos produtores na adopção de outras formas de produção conducentes ao processo de protecção ambiental.

Com uma dotação de 300 mil contos, aposta o Governo na procura da solução dos problemas ambientais respeitando, contudo, os agricultores situados nessas zonas.

O processo de emparcelamento pelas dotações apresentadas, cinge-se, e no meu entender muito bem, aos perímetros de ordenamento agrário da bacia leiteira dos Arrifes e do Paúl na Ilha Terceira. Falar-se em emparcelamento com aplicação generalizada à Região, sem planificação, não é credível nem é exequível, pelo facto de envolver avultadas verbas que não existem e o seu sucesso está também directamente condicionado pela mentalidade dos produtores arrendatários e dos proprietários no que respeita à troca de parcelas.

A grande interrogação deste Plano na área agrícola, situa-se ao nível das dotações destinadas à construção e manutenção das infraestruturas mais importantes, os caminhos de acesso às explorações e o abastecimento de água. A solução dos problemas nessas áreas apresenta-se com particular acuidade em S. Miguel onde existem grandes extensões de caminhos e deficiente captação das nascentes e estruturas de abastecimento de água em cada freguesia. Essas infraestruturas assumem uma importância sem precedentes, se atendermos às obrigações comunitárias a que produtores e transformadores estarão sujeitos nos próximos anos, com a alteração dos padrões de classificação do leite que exigirão mais disponibilidade de água nas explorações e redução do tempo no transporte do leite até às indústrias. Sem essas condições não é aceitável penalizar os produtores no processo de classificação.

Com a escassez dos meios financeiros apresentados neste Plano para 1994 destinados a essas infraestruturas, resta preconizar uma precisa actuação do Governo Regional com as Câmaras Municipais na cedência, principalmente, dos meios materiais e

humanos necessários à constituição de equipas de trabalho, ao nível concelhio, que assumam a manutenção dos caminhos e das estruturas de abastecimento de água, através do estabelecimento de contratos programas com os órgãos de poder local.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Na área da vulgarização é preciso melhorar os circuitos de informação junto dos agricultores e das suas organizações e outras instituições concelhias.

Esta situação altera-se, no meu entender, estabelecendo programas que permitam mobilizar os técnicos e os meios humanos que integram os quadros dos Serviços de Desenvolvimento Agrário de cada ilha, para trabalharem cada vez melhor junto dos agricultores e das suas organizações.

Os incentivos ao investimento nos sectores horto-frutícola, à semelhança do que vem acontecendo com algumas culturas industriais que têm assumido uma quota importante de mercado, poderão proporcionar a melhoria da qualidade dos produtos e sua normalização, com o apoio técnico aos produtores, mas é também necessário sensibilizar o comércio local, por forma a privilegiar a comercialização destes mesmos produtos agrícolas regionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os meios financeiros agora disponíveis para apoio à produção em 1994, exigem grande rigor na análise dos projectos de investimento e na verificação da sua execução.

No Plano para 1994, na área da transformação e comercialização, assumem destaque as dotações apresentadas. Nessas áreas não é possível obter sucesso sem privilegiar as estruturas cooperativas de cada ilha. Estas, pela sua proximidade aos produtores, merecem o respeito do Governo, necessitam inúmeros apoios , por forma a estarem dotadas dos meios imprescindíveis ao seu trabalho, responsabilizando, também, os produtores por essa via em todo o processo desde a produção ao consumo.

Só assim, a moderação dos preços nos circuitos comerciais e os mecanismos de funcionamento do nosso mercado, serão realidade e ditando situações de monopólio com consequências graves de instabilidade na economia.

Na área da comercialização dos produtos agrícolas, é fundamental promover os mesmos, controlar a sua qualidade e conquistar novos mercados. Não bastará produzir, é preciso vender.

Os agricultores e as produções agrícolas têm conseguido reagir sempre, de acordo com as orientações de política agrícola. É preciso pensar e agir de acordo com os novos objectivos, os dos Açores. É preciso manter condições para garantir o nível de rendimentos que permitam aos agricultores açorianos viver com dignidade.

Essa é a minha esperança.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça para uma intervenção.

Deputado Carlos Mendonça *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Há verdades que quanto mais vezes forem repetidas, mais verdades se tornam".

O Plano, o Orçamento e o Governo terão que ser forçosamente a base de sustentação e, sobretudo, de desenvolvimento ao qual os mesmos documentos se destinam. Por outras palavras, terão que ser os alicerces do edifício a construir que se pretende bom e forte e assim, terá que estar assente em excelentes fundações.

Planificar hoje, não terá mais que ser o repetir de experiências do passado. Terá que ter-se sempre essas experiências em presença para que se adoptem determinadas correcções e distorções, para que se pratiquem aumentos ou diminuições daquilo que já foi feito, mas na sua essência deverá ter-se presente aquilo que pode e deve ser inovador, tendo em vista o progresso, o desenvolvimento e o bem estar da comunidade a que tais documentos se destinam.

Sabemos que este Plano e Orçamento, em termos de imagem, é a primeira vértebra duma Plano de Médio Prazo, mas há aspectos que são verdadeiramente chocantes, ao não se encontrar uma palavra que mais não seja ou fosse de estímulo ou de compromisso para um futuro mediático, em sectores fundamentais, tendo em vista o desenvolvimento integrado e harmonioso da Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Vou procurar debruçar-me nesta intervenção sobre alguns aspectos que considero, logo é subjectivo, diria, para mim, de algum relevo e que já deveriam vir consagrados neste Plano e outros que já foram consagrados e que não foram atingidos, muito concretamente no que diz respeito ao círculo pelo qual fui eleito - a Ilha Graciosa.

É evidente que a disponibilidade de tempo não nos permite uma dissecação, pelos diversos sectores sociais e económicos, daí que tenha de entre estes, optado na sua essência por três ou quatro sectores na sua vertente global.

Li, recentemente, numa publicação da Região que a Ilha Graciosa é aquela cujo rendimento per capita, nos últimos dez anos, foi mais elevado - não contesto. Quando uma ilha tem 64 Km2 de superfície, não chega a atingir 6 mil habitantes, quando foram executadas obras porque não existiam, e é de mérito reconhecê-las, como um porto, um aeroporto, escola secundária, reparo das estradas, etc., etc., não é de facto difícil atingir-se um rendimento per capita ou aplicação do investimento público per capita, neste montante nos últimos dez anos. Mas, mais importante do que isto, é saber-se o que é que tem sido feito para que o desenvolvimento no sentido real do termo, tenha sido efectivo naquela ilha. Melhor dizendo:

Sabemos que o desemprego , a nível feminino, deve andar pelos 70% da população. A população activa deve andar em cerca de 1700 pessoas e a sua maior parte no sector terciário. O sector secundário praticamente não existe. Como é que se pode gerar riqueza com um quadro desta natureza? - pergunto.

Passando a outro aspecto que considero também importante, a páginas 43 e 44 do Plano, sob a epígrafe - "Desenvolvimento dos Recursos Humanos" - e no âmbito da Educação e Saúde, é lamentável que não existam verbas consagradas para aquela ilha, no que diz respeito a dois importantes vectores destes sectores sociais.

No âmbito da Educação é lamentável que não exista **um escudo** no que diz respeito à escola primária de Santa Cruz da Graciosa já aqui tantas vezes falada. Mas no entanto, não deixa de ser notório que no dia 6 do corrente mês, não obstante o Plano não exista, o Sr. Secretário da Educação e Cultura tivesse a preocupação, aquando da comemoração do 10º aniversário do museu daquela ilha, dizer que "não obstante não esteja consagrado, pode vir a fazer-se".

Já hoje tive exemplos à "contrario sensu" do que isso significa. Mas mais importante ainda, também, é que não existe qualquer verba consagrada no que diz respeito à escola secundária. Também o Sr. Secretário teve a preocupação de dizer que "não está consagrado, mas pode vir a fazer-se".

De boas intenções, estamos nós fartos!

Eu pergunto:

- O Sr. Secretário, por acaso sabe, e sabe certamente, em que condições as crianças da escola primária de Santa Cruz da Graciosa têm aulas?

- Sabe que aquelas que não são do centro da Vila e que são deslocadas e que depois têm que ter uma refeição durante a hora de almoço, têm que fazer um percurso de cerca de 1 Km, por vezes são apanhadas (porque não se sabe quando é que chove) por essas intempéries?

- Será que isto é aquilo que o Sr. Secretário da Saúde e Segurança Social há pouco classificava de "obrazinhas" e que só se tem que ter em atenção as grandes obras?

O Sr. Secretário concentrou as grandes obras no Hospital de Ponta Delgada. Será que estas "obrazinhas" não têm merecimento? - não creio.

No contexto das "obrazinhas", Sr. Secretário da Saúde e Segurança Social, gostaria que me respondesse qual o motivo por que e há tanto tempo duram as obras do Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa?

O Sr. Secretário por acaso tem conhecimento que muito recentemente, por necessidades de última hora e absolutamente imperiosas, foi necessário colocar no mesmo quarto um elemento do sexo masculino e outro do sexo feminino, porque aquilo quase que parece uma obra de Santa Engrácia?!

Será que de facto não há dinheiro para concluir aquela obra, quando eu olho para o Orçamento e para o Plano e não vejo nada orçamentado que diga respeito à conclusão das obras do Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa?!

A TECNOVIA está a executá-la - eu já ouvi aqui dizer que as empresas até fazem obras para além daquilo que está orçamentado. Qual o motivo por que não se fez um esforço para que esta também fosse uma obra desse contexto?

Considera V. Ex.ª essa obra, uma obra de carácter que há-de atingir a Saúde, ultra-urgente ou não naquela ilha?

A realidade é esta, quem não acredita que me desminta, aqui e neste momento, para podermos chegar a conclusões plausíveis.

(Apartes inaudíveis do Secretário Regional da Saúde e Segurança Social)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Também de carácter inauguracionista, como é tradicional e já foi aqui avocado, nos primeiros dias de Dezembro foi inaugurado por S. Ex.ª o Sr. Presidente do Governo, acompanhado do Sr. Secretário da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, um excelente edifício que diz respeito à guarda das máquinas e serviços de carácter burocrático e ainda para gare de passageiros, no local da Praia da Graciosa - muito bem!
No momento em que se proferiu palavras de circunstância, quer pelo Sr. Presidente do Governo quer pelo Secretário da tutela, parece que podia inferir-se que com a chegada do iate "Espírito Santo" dias antes à Graciosa, tudo estava resolvido na ilha. Ou seja, o Espírito Santo vinha dar resolução à grande maioria dos problemas daquela ilha, não só em termos estritos de transporte, mas também de desenvolvimento. É verdade, muito em particular dará resposta em meios de transportes marítimos para a Ilha Graciosa e de carácter geral, para as ilhas do grupo central. Mas o que é preciso que aqui fique dito, e que não se fique por aquilo que lá foi inferido, é que o Espírito Santo está lá, está aqui nos Açores, fruto dum grande esforço da iniciativa privada, na maioria de graciosenses e que o Governo apenas fez aquilo que lhe cumpria, ou seja, subsidiar os juros quanto à aquisição daquele iate. Porém, não era isso que se queria inferir, não era isso que se queria dizer ao povo. Queria dizer-se que o Governo **tudo tinha feito** para que a vinda do Espírito Santo se concretizasse. Realmente o Governo ajudou, quanto à parte burocrática, sim senhor, deu o apoio dos juros, mas o mérito está em quem tanto sofreu, digamos assim, para que tal fosse atingido.

(Aparte inaudível do Subsecretário Regional da Comunicação Social)

O Orador: Se quiser dialogar, eu dou-lhe oportunidade depois quando for para a bancada. Daqui não dialogo consigo!

Há, de facto, aspectos ainda que eu gostaria de citar, e vou ser breve porque o tempo está a passar, e recordo que recentemente foi objecto de alguma análise e até de alguma acuidade, nesta Sala, de resposta dum ofício mal redigido - até se compreende! - do departamento de Transportes do Governo, em que dizia que uma viagem da SATA aos domingos à Graciosa custava 48 mil contos, quando era a viagem/ano que custava 48 mil contos.

Eu continuo a pugnar pela viagem normal, custe o que custar, porque os transportes têm um custo social. Alguma coisa se está a fazer e há já um grupo de estudo - tanto quanto eu sei - nomeado para trabalhar e ver da viabilidade da empresa SATA, mas queria também aqui dizer que já hoje, outros que tinham dito que tal viagem não era necessária, já vêm dizer que pelo menos em tempo de férias seria útil - já lhes toca na pele!

Vamos é tornar generalizado aquilo que é necessário para todo o tempo e não só para resolver problemas pontuais, porque somos ilhas, vivemos nos transportes e estes têm, indubitavelmente, que ter um custo social de grande, enorme, natureza nesta Região.

Eu não queria terminar ainda, sem avocar um aspecto que já conhecia, mas que no contexto dos contactos desta campanha eleitoral me foi chamado à atenção, e que o Sr. Secretário Regional de Agricultura e Pescas - tanto quanto me foi dito - já visitou o local, que é a rampa de varagem de barcos na Praia. Aquilo é - eu não sou perito na matéria, não vou dizer que as minhas palavras serão as mais adequadas sob o ponto de vista técnico, mas tenho sensibilidade suficiente para ver e compreender o que me dizem - de facto, uma obra de enorme urgência. E será talvez (permita-me a brincadeira, Sr. Secretário da Saúde) uma tal "obrazinha" pequenina, que o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas - o carácter dimensional é subjectivo nesta natureza - terá que fazer urgentemente, porque muita gente reclama que é impossível continuar com as características que oferece.

Não pretendemos, em circunstância alguma nem nunca foi nosso timbre, colocar ilhas contra ilhas, mas não podia terminar sem deixar aqui uma ideia, com certeza que

todos os Srs. Deputados e Membros do Governo têm, de que este Orçamento para a Ilha Graciosa, detém uma verba de 0,6 da verba global orçamentada, ou seja, é a verba mais pequena de todas as verbas orçamentadas no âmbito do Orçamento. Basta só dizer que a Ilha do Corvo - com certeza que para lá se prevêem grandes obras! - tem 1,4 ou 1,7.

Não é em função do 0,6 ou do 1,7 que eu entendo que este Orçamento não é aquele que deveria ser posto em execução para o desenvolvimento desta Região. Entendo, sim, que necessitamos de orçamentos que nos dêem desenvolvimento, que nos dêem riqueza, que nos proporcionem emprego e bem estar para o povo desta Região.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Aurélio da Fonseca):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era só para informar a Câmara e o Sr. Deputado Carlos Mendonça de que responderei à questão que aqui aflorou, na sequência do debate sobre construções escolares que com certeza se seguirá à minha intervenção.

Está registado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social *(António Menezes):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como o Sr. Deputado Carlos Mendonça por mais de uma vez fez referências, interpretando mal - penso que é esse o sentido - as minhas palavras, gostava que ficasse aqui esclarecido que eu não relevo só as grandes obras. Aliás, se há determinado departamento que tem todo o tipo de obras, desde a mais pequena e insignificante à obra maior neste momento em curso que é o Hospital Divino Espírito Santo, é a Secretaria da Saúde e Segurança Social. Por conseguinte, para mim todas as obras são importantes. A afirmação que eu fiz no contexto da intervenção do Sr.

Deputado Fernando Fonte, tentando explicar que uma obra como o Hospital de Ponta Delgada é uma obra de muitos anos e por consequência, não pode ser comparada com outra obra pequenina. Não quer isso significar que não dê valor também e importância às obras pequeninas.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Partido Social Democrata tem um contrato inequívoco para cumprir perante os Açorianos, resultante do programa sufragado nas eleições regionais de Outubro de 1992.

É mesmo para cumprir!

Queremos executá-lo atentos à envolvente sócio-económica que nos rodeia e à sua evolução, corrigindo erros de análise e assimilando contributos alheios enriquecedores ou propostas alternativas mais positivas.

Também, por isso, ponderamos devidamente a vontade e as iniciativas relevantes da sociedade civil e dos cidadãos.

Foi nesse clima de diálogo e abertura que o Governo preparou os documentos agora em debate nesta Assembleia - o Plano e o Orçamento para 1994. As suas grandes directrizes e linha de orientação enquadram-se no Plano de Médio Prazo 93/96.

Contrariamente, o PS apenas se mostra preocupado em alimentar os "media" tentando criar factos políticos de mera demagogia e sem conteúdo, em vez de apresentar propostas credíveis que valorizem o debate político.

Estamos conscientes dos difíceis desafios que se colocam à Região Autónoma dos Açores e o Partido Social Democrata e, particularmente, o seu Grupo Parlamentar está profundamente empenhado nessa grande tarefa que é promover o desenvolvimento integral da nossa Região no quadro do nosso País e da Europa.

Tudo, num tempo de incertezas e dificuldades e num quadro de grandes e profundas alterações instituicionais na Comunidade Europeia.

Tudo, numa altura em que ocorreu mutações radicais nas relações de força em que assentavam as principais vantagens dos grandes motores da economia mundial.

Tudo, num tempo em que se inicia a aplicação do Plano de Desenvolvimento Regional que vai certamente operar uma transformação significativa no tecido económico e social, com vista a prepararmos a nossa Região para o Século XXI.

Os tempos que a Europa vive não são fáceis nem de bonança.

Apesar da conjuntura económica regional se situar em parâmetros que transmitem alguma tranquilidade na evolução, não vale a pena negar que a nossa Região atravessa também um momento difícil, que exige acompanhamento cuidado.

Num mundo onde impera a concorrência empresarial e em que cada vez há maior inter-ligação política e económica entre os países, as transformações que se estão operando na modernização da nossa economia acarretam sempre sobressaltos, incompreensões e protestos.

Vivemos um tempo em que o aumento da competividade e de produção deixou de ser acompanhado pela criação de postos de trabalho; pelo contrário, as novas e inovadoras tecnologias provocam a sua estagnação ou mesmo redução.

Neste domínio o Governo tem tomado a opção correcta, fortemente impregnada de preocupações de natureza social, promovendo a moderação salarial com garantia de emprego em paralelo com acções de dinamização e incentivo à actividade económica e com o lançamento de programas temporais que visam ocupar mão-de-obra disponível, pondo-a, nomeadamente, ao serviço das autarquias locais, visando, por um lado, garantir meios de subsistência a esses trabalhadores e, por outro, garantindo a prestação de um serviço de relevante interesse às colectividades locais.

O diálogo e a concertação social, agora como sempre, tem sido uma constante e constitui uma afirmação da nossa tradição reformista e social democrata.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Senhoras e Srs. Deputados:

Os Açores apesar do salto qualitativo, histórico, que conseguiram no período da Autonomia Democrática sob a liderança política do Partido Social Democrata, sofrem ainda de um atraso estrutural, agravado por factores que prejudicam o seu desenvolvimento económico. Para vencer esse atraso tornam-se necessárias medidas específicas que significam investimento público, portanto despesa, de modo a caminharmos no sentido de atingirmos os níveis médios e padrões de vida da Comunidade Europeia.

É indiscutível a responsabilidade do Estado em garantir os meios suficientes para que tal objectivo de coesão e convergência seja atingido.

Aquando da discussão do Plano de Médio Prazo 93/96 defendíamos que uma das tarefas de fundo a levar a cabo prendia-se com a questão dos recursos financeiros da Região e foi mesmo assumido um compromisso político de aprofundamento do debate e diálogo desta questão junto dos órgãos de soberania.

Isso está sendo feito e, até já está dando resultados positivos, palpáveis e visíveis aos olhos de todos, nomeadamente dos agentes económicos e das empresas.

Na verdade passados cerca de 6 meses após a aprovação do Plano de 1993, o Governo constatou da inviabilidade prática dos valores definidos e, imediatamente, procedeu a uma revisão.

Agora, no Plano para 1994 foi tida em conta a necessidade da criação de um quadro estável para a vida económica regional inserido num contexto mais amplo que é o Plano de Desenvolvimento Regional.

O Plano de 1994 é, assim, reforçado em 10 milhões de contos relativamente ao indicado no Plano de Médio Prazo 93/96 que previa 23,2 milhões de contos para aquele ano.

Vamos, assim, criar um impacto significativo ao nível macro-económico com especial reflexo no emprego e no crescimento económico, acompanhando o impulso à retoma da actividade económica adoptado por toda a Europa Comunitária.

Os nossos objectivos de desenvolvimento são claros e respeitam critérios, prioridades e estratégias. Por isso, as opções para a execução deste Plano assentam na eficácia e rigor na afectação de recursos, na participação dos agentes privados no processo de desenvolvimento e na maximização do aproveitamento dos fundos comunitários.

E o que faz a oposição?

Lança a confusão e apregoa demagogia, demonstrando irresponsabilidade no seu comportamento. Avança com receitas miraculosas para resolver os problemas da Região, encontrando sempre soluções cor-de-rosa mas sem nunca definir uma decisão difícil ou impopular para um qualquer sector ou área de acção governativa!

Pedem mais dinheiro para a Agricultura; tiram dos transportes.

Querem mais estradas, logo aumentam a rúbrica dos transportes.

Querem mais verbas para a saúde e educação, tiram dos sectores económicos, mas querem mais apoios às empresas regionais, logo, é preciso reforçar a rubrica dos sectores económicos!
É esta a evidência dos factos!
O PS, particularmente o seu líder, faz lembrar uma vela acesa: com um assopro se apaga!.

(Risos da bancada do PS)

O Orador: O povo avisa-os sucessivamente com fortes reprimendas eleitorais!
Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:
Em resumo, díriamos que com este Plano pretende-se criar um quadro macro-económico coerente e estável para melhorar a competitividade das nossas empresas, relançando a actividade económica com acções convergentes no sentido da criação de condições para garantir que a situação económica em 1994 seja melhor que em 1993.
Vamos assim aprovar o Plano para 1994.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social.
Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Mil novecentos e noventa e quatro será ponto de partida para uma nova era na comunicação social açoriana - um tempo marcado por novas oportunidades e responsabilidades, por uma dimensão competitiva que se deseja mais intensa e determinante.
Os instrumentos de financiamento da produção informativa, são decisivos para o desenvolvimento e estabilização da actividade das pequenas empresas jornalísticas regionais. Mas isso significa, também, o seu necessário ajustamento a novas

realidades e objectivos, se quisermos ser bem sucedidos face aos desafios das novas tecnologias e, sobretudo, às exigências e expectativas dos consumidores.

No próximo ano, vamos propôr a aprovação de um novo quadro normativo, regulador das ajudas públicas aos meios de comunicação social dos Açores, que deverão ter incidência preferencial nos investimentos em tecnologias de produção, acautelando-se simultaneamente, em termos uniformes e equilibrados, a compensação dos custos sociais da produção informativa, num mercado pequeno e geograficamente descontínuo. Do mesmo modo se contemplará a formação e valorização profissional, integrada e pluri-disciplinar, e se incentivarão todas as dinâmicas tendentes à criação de um mercado regional alargado.

Estas são, de resto, as áreas privilegiadas no aumento da dotação proposta para 1994, em relação à prevista para o mesmo período. Queremos incutir maior espírito competitivo à comunicação social açoriana. Mas importa preservar o pluralismo, objectividade e diversidade da informação, bem como a função social das empresas jornalísticas regionais, consubstanciada na natureza da sua produção e da mão-de-obra que emprega.

No plano da colaboração institucional entre a Região Autónoma dos Açores e as empresas concessionárias dos serviços públicos audiovisuais, e na perspectiva de suplementarização do investimento que às mesmas é devido, estão inscritas dotações destinadas à conclusão da instalação do retransmissor televisivo da Lagoa do Pilar (S. Miguel) e micro-coberturas de FM do Nordestinho (S. Miguel) e Pico Alto (Santa Maria).

No ano que agora termina, três novas infraestruturas audiovisuais entraram em funcionamento: o retransmissor de FM do Nordeste, exclusivamente suportado pelo orçamento da RDP, e os retransmissores televisivos do Cascalho Negro e Mosteiros, cujos encargos foram maioritariamente financiados pelo Governo, e que passaram a beneficiar mais de oito mil habitantes da zona poente da Ilha de S. Miguel, até agora servidos muito deficientemente pelo emissor de Santa Bárbara, da Terceira.

Ainda neste domínio, estão adquiridos diversos equipamentos de micro-cobertura televisiva - casos de Maia e Malbusca (Santa Maria) - cuja instalação aguarda o cumprimento dos acordos, celebrados entre a TDP - Teledifusora de Portugal S.A. e

os municípios, para construção de pequenos imóveis, necessários ao seu funcionamento.

No ano que agora termina, a execução financeira do **programa 24 - Modernização dos Media** reflectiu os objectivos propostos: comparticipar a difusão de produtos jornalísticos, estimular a aquisição de tecnologias de produção e reforçar as oportunidades de formação e valorização profissional.

Assim, comparticipamos a aquisição de equipamentos "offset" para o único jornal diário que não dispunha desta tecnologia (em quatro anos, o número de parques gráficos de offset, ao serviço da imprensa, cresceu duas vezes e meia). E mais dois jornais - Diário dos Açores e Ilha Maior - iniciaram a informatização das respectivas redacções, elevando, assim, para 20 os órgãos de comunicação social totalmente informatizados ou em processo de informatização.

No domínio da formação e valorização profissional, o Governo desenvolveu acções conjuntas com diversas entidades formadoras nacionais - casos do CENJOR e Centro de Formação de Jornalistas - e ainda o Clube Nacional de Imprensa Desportiva (CNID), delas beneficiando mais de uma centena de profissionais e colaboradores permanentes da imprensa, rádio e televisão dos Açores, num total de 300 horas de formação.

Mil novecentos e noventa e três fica igualmente marcado pela consolidação da actividade nos Açores de empresas nacionais ligadas à comunicação social: TDP, LUSA e ICP, com a nomeação dos respectivos delegados regionais e, no primeiro caso, instalação definitiva dos seus serviços, sendo certo que, relativamente ao Instituto das Comunicações de Portugal, se abre caminho para disciplinar a actividade privada de radiodifusão, sobretudo na sua componente técnica.

A cooperação empreendida com estas entidades, dá cumprimento ao nosso Programa do Governo. Através do diálogo, da concertação de esforços e objectivos, com espírito de abertura e vontade de servir, continuamos a colocar acima de todos os interesses os Açores e os Açorianos.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para pedir esclarecimentos.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de perguntar ao Sr. Subsecretário se as antenas que se manda para as ilhas são pagas pelo Governo ou qualquer benemérito pode pagar o transporte? E a quem é que são dirigidas?

São dirigidas às comissões políticas de ilha ou aos candidatos para as Câmaras Municipais, como é ?

Eu refiro-me, concretamente, ao caso da antena de Malbusca.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para pedir esclarecimentos.

Deputado Carlos César *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu posso eventualmente ter estado distraído, mas se estive, basta um pequeno aceno para me reconduzir ao assento onde, gostosamente, estava há bocado, porém pareceu-me que o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social, nesta sua intervenção, que era mesmo - do meu ponto de vista - uma intervenção de comunicação social, pois era uma espécie de reportagem de acontecimentos ocorridos na comunicação social, sem que para isso eu tivesse percebido, de resto, se a sua Subsecretaria teve ou não alguma influência. Mas, como referi, pareceu-me que naquilo em que eventualmente a sua Subsecretaria podia ter a ver, não se referiu à questão do serviço público de televisão nos Açores - não me faz um aceno, é sinal de que não falou dessa matéria.

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* Faço, faço!

O Orador: Por isso, eu gostava de lhe perguntar como é que estamos em matéria - isto até pode ser que faça parte dum anexo secreto do protocolo financeiro - de canais de televisão para os Açores e qual o ponto da situação **não secreto**, a que esta Assembleia possa ter acesso?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social para prestar esclarecimentos.

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O esclarecimento que é devido, refere-se apenas àquele que me foi solicitado pelo Sr. Deputado Carlos César, porquanto, salvo melhor compreensão, não entendi a intervenção do Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Relativamente ao serviço público de televisão, fiz alguma referência a isso - comparativamente ao volume de intervenções anteriores (poucas) que o Partido Socialista vem referindo - dizendo que é necessário melhorar as condições de acesso dos cidadãos ao serviço público de televisão. E nesse domínio, no ano de 1993 - neste ano que agora está a terminar e no ano que vem - procuraremos desenvolver todo o esforço para concretizar mais alguma coisa em matéria de melhoria de condições de cobertura da Região, de macro-cobertura e de micro-cobertura, naquilo que o Governo Regional tem entendido como sendo a sua participação possível e desejável, face às responsabilidades da empresa concessionária do transporte e difusão dos sinais de televisão em Portugal - a TDP - e que já pelo menos uma vez, o Sr. Deputado aqui se referiu, afirmando que o Governo Regional não tem vocação ou não deveria intervir nesta matéria.

Nós, nestas como noutras questões, temos divergências, achamos que, numa perspectiva de suplementarização do investimento a que essas empresas é devido, o Governo Regional pode e até deve colaborar, no sentido de antecipar o acesso dos cidadãos em melhores condições ao sinal de televisão.

Quanto a canais, se o Sr. Deputado por acaso está a referir-se à existência dum novo canal de serviço público televisivo para os Açores, pois devo dizer-lhe que em relação à última intervenção que aqui fiz, há já alguns dados designadamente em relação à quantificação dos investimentos necessários para uma nova rede de distribuição do sinal de televisão nos Açores. Mas digo-lhe também que o aparecimento de uma nova tecnologia muito recentemente, deve até aconselhar à realização duma certa pausa, de modo a avaliar-se se realmente o desenvolvimento dessa tecnologia e a sua aplicação na Região, é capaz de potenciar não só a vinda dum novo serviço público de televisão, mas eventualmente com custos muito inferiores àqueles que até agora nós conseguíamos identificar, relacionados com o transporte do sinal para a Região através de satélite, poder, dizia, comportar o transporte de outros programas de televisão produzidos em Portugal.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para pedir esclarecimentos.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou contar a história pois é muito simples. Existe um protocolo entre a Câmara Municipal e a TDP para colocar a antena em Malbusca. E este protocolo já está assinado, tanto por uma parte como pela outra.

Então qual é a nossa admiração? É que na quinta-feira passada, apareceu a antena de televisão empacotada, levada por pessoas do PSD para Malbusca e quando fomos saber quem é que tinha pago esse transporte, foi-nos dito que tinha sido o candidato do PSD - fica esclarecido.

Já agora aproveitava para saber em relação à antena da Maia, o que é pensam fazer, se a vão colocar?

Gostaria também de obter a resposta à primeira pergunta que fiz, ou seja, saber se realmente qualquer benemérito pode pagar os transportes desse material.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para pedir mais esclarecimentos.

Deputado Carlos César *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar - já que está quantificado - o Sr. Subsecretário diga-nos qual é o valor. Eu sei qual é, mas diga-nos...

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* Então se já sabe eu não preciso responder.

O Orador: ... para que fique registado no Diário das Sessões e para que fique registado saindo da boca dum membro do Governo.

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* Diga qual é o montante.

O Orador: Eu aqui não funciono a seu pedido. V. Exª. é que tem de me responder.

Em segundo lugar eu gostava que fosse percebido o nosso posicionamento sobre essa matéria.

A primeira responsabilidade do Governo Regional em relação a esse problema do tipo de prestação de serviço público de televisão nos Açores, é em relação ao serviço

público. Ou seja, é em relação à garantia de condições de igualdade em relação ao serviço público de televisão em Portugal. Não é, eventualmente, um concubinato com empresas privadas que tende, em primeira e última análise, a impedir que seja instalado um segundo canal público de televisão nos Açores.

Portanto, o Governo Regional não pode agora, a pretexto de "novas tecnologias" e de, como o Sr. Subsecretário dizia, penosamente, "e de outros programas de televisão em Portugal" - o nome a que deu agora de SIC e TVI - a pretexto de argumentações de tipo marginal em relação à função que o Governo deve ter nesta matéria, que é uma função essencialmente sindical - como eu tenho dito em relação a este problema do serviço público - em nome da defesa dos interesses dos consumidores de televisão nos Açores e em nome do serviço público, porque é isso que o Governo tem de garantir, o Governo não pode, dizia, com estes novos argumentos, tentar prolongar a não instalação dum segundo canal nos Açores.

Escuso-me de dizer qual é o meu posicionamento pessoal e qual é o posicionamento do Partido Socialista sobre essa matéria e sobre que tipo de serviço público, porque isso tem sido ampla e sucessivamente confirmado e toda a gente sabe disso.

Deputado Rui Melo *(PSD):* O Sr. Deputado não evoluiu?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social para prestar esclarecimentos.

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação a um certo estado de espírito que o Sr. Deputado Carlos César acabou de revelar quanto àquilo que deve ser a expressão do serviço público de televisão nos Açores, finalmente estamos de acordo.

Nós também entendemos que o serviço público de televisão nos Açores deve ter exactamente a mesma expressão que tem para o resto do País - parte do País, porque a Região Autónoma da Madeira, como sabemos, não dispõe ainda dum programa alternativo, o que não significa, necessariamente, que essa mesma expressão deva ser enformada pelo mesmo tipo de programação. E V. Ex.ª já fez algumas referências públicas também, quanto à adaptação que o serviço público de televisão deve fazer em relação aos seus destinatários. E talvez não prefigurando o mesmo modelo de

programação, acabei por concordar consigo, na medida em que há algumas contradições nessa sua declaração pública, porque em parte, parece-me que se referia a uma transmissão directa e não é isso que está em causa.

Aliás, ainda recentemente, tive oportunidade de dizer que antes de mais, nós temos que criar as condições para a existência dum segundo programa de serviço público de televisão nos Açores. Quanto ao modelo, essa é uma questão para a qual não devemos ter reservas de abordagem. E deve ser definido numa fase posterior.

É nesse sentido que o Governo Regional tem vindo a fazer diligências junto do Governo da República que, de resto, têm já alguma consequência positiva, quando entre outras coisas, a lei que transforma a RTP em sociedade anónima, consagra que a RTP deve transmitir um programa nacional para as Regiões Autónomas, entre outras responsabilidades.

Posteriormente, já no decorrer deste ano - em Março, concretamente - na assinatura do contrato de concessão do serviço público entre o Estado e a RTP, agora SA, mais uma vez foi consagrado esse princípio. E mais do que isso, os estudos - como já aqui tive oportunidade de referir - que se estão a fazer para quantificar os investimentos, também estão em curso.

Portanto, há aqui uma conjugação de esforços, no sentido de também se criarem as condições financeiras para o investimento que importa realizar e que é superior a meio milhão de contos.

Eu vou dizer-lhe assim, porque podia muito bem brincar com o Sr. Deputado Carlos César e adiantar um número para depois verificar se V. Ex.ª aceitava ou não e se realmente conhece o número exacto, tal qual aqui referiu. Mas ficamos assim, isto é, o montante é superior a meio milhão de contos e ficamos entendidos, já que V. Ex.ª diz conhecer os dados, por isso também não precisa agora do preciosismo da concretização da minha parte.

Relativamente ao concubinato de empresas privadas, não sei a que é que V. Ex.ª se refere. Se se refere à colaboração que o Governo Regional tem dado à TDP, pois devo dizer-lhe que embora ela seja uma sociedade anónima, é de capitais exclusivamente públicos. E mais do que isso...

Presidente: Sr. Subsecretário, agradecia que terminasse porque está a esgotar o seu tempo.

O Orador: Eu vou terminar já, Sr. Presidente.

Eu não entendo o serviço público televisivo na dicotomia do que é programação e do que são as infraestruturas para fazer chegar essa programação aos cidadãos.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado José Humberto Chaves, pois eu não posso responder pela Teledifusora de Portugal que é uma empresa na qual o Governo Regional não tem qualquer poder de tutela.

Porém, devo esclarecer-lhe - não a si porque certamente saberá - que o acordo entre a TDP e a Câmara Municipal de Vila do Porto foi assinado em vésperas de eleições, depois do seguinte cenário:

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto recusou-se a assinar o protocolo, dizendo que não realizava.

Quando soube da disponibilidade do Governo Regional para colaborar na instalação desse retransmissor, apressou-se imediatamente a assinar o protocolo.

Quanto aos equipamentos, independentemente de estarem ou não em Santa Maria, não sei quem os enviou, não é responsabilidade minha, não devo esclarecimentos a ninguém sobre essa matéria. Creio que também o Sr. Deputado não e terá outras formas para obter essa informação. Mas o que é certo é que os equipamentos estão adquiridos, não foram instalados e os marienses não estão a beneficiar, designadamente das zonas de Malbusca e de Maia, de melhores condições de recepção de sinal de televisão, porque a Câmara Municipal de Vila do Porto só tardiamente se dignou a assinar esse acordo, privando os marienses desse tipo de serviço no seu concelho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para pedir mais esclarecimentos.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É uma coisa que não tem importância nenhuma, mas gostaria apenas de dizer ao Sr. Subsecretário que o que me parece que aconteceu foi que já era tarde quando disseram à Câmara Municipal para assinar esse protocolo. E na altura em que o mesmo foi assinado, já se estava em altura de campanha eleitoral. E como o

Presidente da Câmara se calhar não quis fazer a obra nessa altura para não o acusarem de eleitoralista...

(Risos das bancadas do PSD e do Governo)

O Orador: ... então não fez! Se calhar, eu penso que foi isto que certamente aconteceu.

Deputado Carlos César *(PS):* Ainda há gente séria...!

Presidente: O Sr. Deputado José Maria Bairos pretende a palavra para?

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Sr. Presidente, é para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para esclarecer uma coisa em relação àquilo que acabou de dizer o Sr. Deputado José Humberto Chaves, porque não isso não é bem verdade.

O técnico da TDP deslocou-se à Ilha de Santa Maria, fez o contacto com o Presidente da Câmara para a assinatura do protocolo que foi recusado.

Este compromisso até nem era do Presidente actual, tinha sido um compromisso assumido pelo Sr. Deputado José Humberto Chaves, quando ainda era Presidente da Câmara.

O que foi dito a este técnico - e ele disse de viva voz - pelo Presidente da Câmara foi que ele como não tinha compromisso nenhum, não tinha que cumprir absolutamente nada. E, após a disponibilidade manifestada pelo Governo, é que dois ou três dias antes de terminar a campanha eleitoral - via "fax", para ser mais rápido - a Câmara Municipal enviou o protocolo, disponibilizando-se para assiná-lo.

Estes foram os factos tal como aconteceram.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para prestar esclarecimentos.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação a essa questão da antena da Malbusca, isso já foi assunto tratado depois de eu ter saído da Câmara.

Relativamente à Maia, o Sr. Subsecretário não me respondeu.

Já agora aproveitava, uma vez que estou no uso da palavra, para saber se da parte da Subsecretaria da Comunicação Social há a ideia de dar algum apoio ao "Asas do Atlântico", que está praticamente falido. Por outro lado, numa altura em que se retirou os subsídios, falou-se que se iria arranjar uma maneira ou uma possibilidade de ajudar estas rádios, uma vez que tinham o AM. Portanto, eu gostaria de saber alguma coisa sobre essa questão.

Deputado Carlos César *(PS):* Senão, o José Maria Bairos é expulso de Santa Maria!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social para prestar esclarecimentos.

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente ao retransmissor da Maia, pois como facilmente se compreende, sendo ele propriedade da TDP e sendo a mesma empresa que se comprometeu fazer a respectiva instalação, se ela já adquiriu o equipamento e se este já está inclusivamente em Santa Maria, naturalmente é para ser instalado. Penso que sobre isso não deve haver dúvidas, muito embora eu não esteja mandatado pela TDP para aqui dar a resposta ao Sr. Deputado.

Em relação ao "Asas do Atlântico", há aqui um aspecto de insinuação, que certamente não tinha direcção este Membro do Governo. O que lhe posso dizer é que tal como reafirmei logo no início da minha intervenção, no próximo ano nós vamos propor a esta Assembleia a aprovação do novo quadro normativo de regulamentação das ajudas aos meios de comunicação social e na altura, certamente que teremos em conta todas as situações, dentro daquele princípio que todos nós conhecemos e preservamos, de que quando se faz uma lei, fazêmo-la com espírito de aplicação geral e abstracto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos para prestar um esclarecimento.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado José Humberto Chaves, relativamente à afirmação que ele fez de que o "Clube Asas do Atlântico" está praticamente falido.

Eu devo dizer-lhe que o "Clube Asas do Atlântico" tem dificuldades económicas e é normal que as tenha. A razão principal para isso, foi uma grande quebra de publicidade em 1993. Quando a direcção actual tomou conta dele, sabendo já - e também a própria direcção anterior - que o subsídio ia acabar, não houve uma preparação desta rádio para enfrentar as dificuldades que iam surgir. Inclusivamente, teve o seu FM arrumado durante 7 anos e foi um investimento que custou 4 mil e tal contos. Isto só para dar um pequeno exemplo, porque se falássemos em termos de administração e de gestão, havia muitos mais exemplos a dar.

Em 1993, devido às dificuldades económicas que todas as empresas encontraram na Região, houve uma quebra de publicidade. O "Clube Asas do Atlântico", neste momento, não deve nada a ninguém. Tem os seus vencimentos dos trabalhadores em dia, o seu décimo terceiro mês pago e também o mês de Novembro. Tem, de facto, algumas dificuldades a enfrentar, mas esperamos recuperar e todas as negociações estão sendo feitas com a Subsecretaria da Comunicação Social, em termos de alguma ajuda principalmente direccionada para o problema do AM que é o que dá mais custos de energia, consumindo cerca de 300 mil escudos de energia/mês. Esta é realmente uma das grandes despesas que a rádio enfrenta neste momento, que estando colmatada, estou convencido que, com os aumentos de publicidade e a normalização da vida económica na Região, o "Clube Asas do Atlântico" terá capacidade não de "nadar em dinheiro", à semelhança do que aconteceu durante alguns anos, mas não souberam aproveitar essa altura e esse potencial para enfrentar o problema da rádio neste momento. Foi uma má gestão, desastrosa mesmo, em que o dinheiro apenas utilizado e aplicado para pagamento de vencimentos e nunca para investimentos nem para recuperar a rádio, quando se previa que a curto prazo a mesma ir-se-ia alterar completamente a nível da Região.

Portanto, há problemas, há dificuldades, mas a rádio não está falida. E há gente com vontade suficiente, apesar de todas as dificuldades económicas que o "Clube Asas Atlântico" enfrenta e a sua direcção ainda é composta pelas mesmas pessoas desde o

início e irá até fins de Março de 1994. Coisa que não aconteceu com o grupo socialista que lá esteve, que começou com sete e acabou com um.
Muito obrigado.
.
Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para prestar esclarecimentos.
Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:
Eu admiro-me bastante quando o Sr. Deputado José Maria Bairos diz agora que o "Asas do Atlântico" não estava preparado. Está registado no Diário das Sessões a sua declaração dizendo que o "Asas" e as empresas, estão minimamente preparadas para enfrentar a concorrência - isto está no Diário das Sessões, é só ir buscar.
Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Não é isso que está lá.
O Orador: Está, está, porque eu já vi!
Quanto à referência que fez a um grupo socialista, eu não sei do que é que está a falar, porque eu nem sequer estava lá, portanto, havia socialistas e havia também gente do PSD lá, por isso...
Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Não havia!
Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Deixaram-te 5 mil contos e tudo pago!
Presidente: Srs. Deputados, estamos a escassos minutos da nossa hora regimental. Portanto, iríamos encerrar os nossos trabalhos por hoje e vamos retomá-los, amanhã, pelas 10 horas da manhã, com a mesma ordem de trabalhos que temos vindo a seguir.
Boa noite e muito obrigado.

(Eram 20,00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: ***PSD -*** *João Cunha, Homem de Gouveia, José Nunes;* ***PS -*** *Carlos César, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Ricardo Barros).*

Deputados que faltaram à Sessão: ***PSD -*** *Jorge Valadão dos Santos;* ***PS -*** *Mário Machado, Nélia Figueiredo).*

A Redactora de 2ª classe: *Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré*